



ELO



PORTE
PAGO

N.º 49
ANO III
JUNHO
1977
MENSAL
PREÇO 10\$00

Órgão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Paço da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas
EMPRESA PÚBLICA DOS JORNAIS SÉCULO E POPULAR (EPSP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

TIRO AO ARCO PARA DEFICIENTES

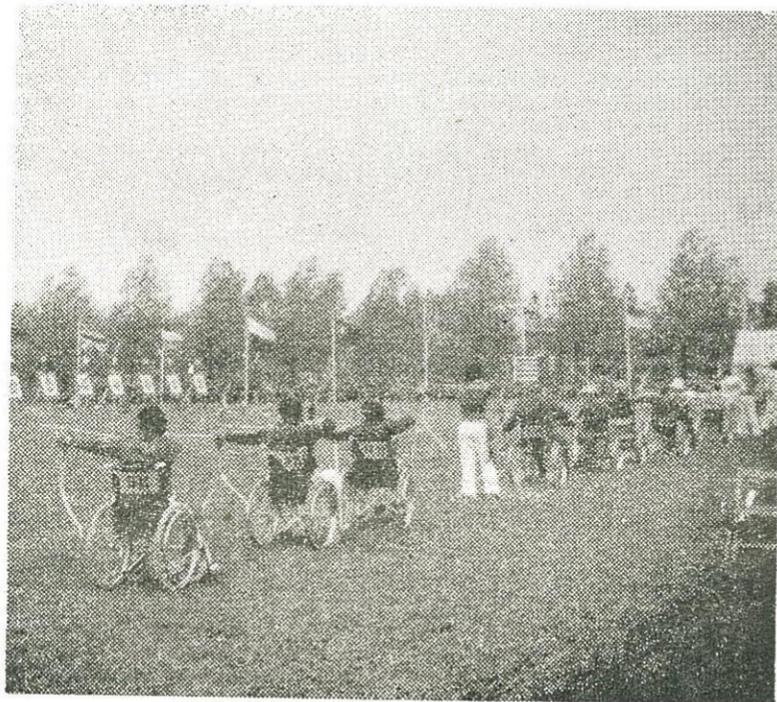
A ADFA REPRESENTOU PORTUGAL NO 5.º CAMPEONATO EUROPEU

A UTILIDADE DE UMA EXPERIÊNCIA: INCENTIVO PARA PROSSEGUIR O INCREMENTO DO DESPORTO PARA DEFICIENTES

Decorreu nos dias 4 e 5 de Junho, em Roterdão, na Holanda, o 5.º campeonato europeu de tiro ao arco para deficientes. Participaram neste campeonato 11 países europeus, entre os quais figurou, pela primeira vez neste campeonato, Portugal com uma equipa de quatro elementos todos eles deficientes das Forças Armadas e sócios da ADFA.

O 5.º campeonato europeu de tiro ao arco foi promovido pela Federação Internacional de Stoke Mandeville Games e pela Organização Internacional de desporto para deficientes. Portugal foi convidado a participar neste campeonato através do Director do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, como representante para o nosso país da Federação Internacional de Stoke Mandeville Games.

A ADFA não se encontra especialmente preparada



Um aspecto da prova

para representar Portugal num torneio internacional desta natureza, dado que, tal como temos noticiado neste jornal, só de há cerca de um ano a esta parte se têm desenvolvido activida-

des desportivas para deficientes. Tem sido, no entanto, nesta fase de arrancada, o tiro ao arco uma das actividades mais desenvolvidas, o que levou a que existisse já na Associação um núcleo de

praticantes desta modalidade com um mínimo de preparação, motivo pelo qual se achou oportuno aceitar representar Portugal neste torneio.

Um marco a assinalar

Esta ida de uma equipa portuguesa de deficientes ao estrangeiro participar num campeonato internacional não poderá deixar de ser considerada como um marco a assinalar no desporto para deficientes em Portugal. Não apenas pela deslocação em si. Até porque não é a primeira vez que uma equipa de deficientes se desloca ao

estrangeiro (já aconteceu com equipas de basquetebol). Mas sobretudo porque se tratou de uma participação como consequência de outras participações (em Portugal) e toda uma prática regular do desporto neste caso tiro ao arco. Conforme temos noticiado neste jornal, os elementos que agora se deslocaram à Holanda têm participado em vários torneios de tiro ao arco (com competidores não deficientes) e têm efectuado um treino regular no Estádio Nacional. Não se tratou pois de uma mera representação de Portugal. Tratou-se da participação efectiva de uma equipa que só não obteve

(Continua na 4.ª pág.)

ORGÃOS SOCIAIS CENTRAIS DA ADFA ELEITOS PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS VITÓRIA DAS LISTAS A COM MAIS DE 77% DOS VOTOS (RESULTADOS PROVISÓRIOS)

Realizou-se no dia 4 de Junho a Assembleia Geral Nacional Eleitoral com mesas de voto em todas as delegações para a eleição dos Órgãos Sociais Centrais da ADFA.

Concorreram a esta eleição, conforme divulgado no último número do «Elo» (com a apresentação de nomes e programas), duas listas para a Mesa da Assembleia Geral Nacional (A e B), duas listas para a Direcção Central (A e B) e lista única para o Conselho Fiscal Central (A). As três listas «A» apresentaram-se com um programa comum e as listas «B» com programas separados.

A data de encerramento da redacção deste número do «Elo» ainda não tinha sido dado por encerrado definitivamente o acto eleitoral, nem elaborada, por conseguinte, a acta da Assembleia.

Os resultados, portanto provisórios, deram uma esmagadora vitória às listas «A», ou seja, mais de 77% dos votos, tendo as listas «B» obtido uma percentagem inferior a 18%.

O número total de votos foi de 436. A lista «A» da MAGN obteve 341 e a lista «B» 72; a lista «A» da Direcção Central obteve 340 e a lista «B»

(Continua na 5.ª pág.)

NESTE NÚMERO PODE LER:

PÁGINA CULTURAL	PÁG. 3
APARTHEID	PÁGS. 5 E 11
VIDA ASSOCIATIVA	PÁGS. CENTRAIS
PENSÃO SOCIAL PARA DEFICIENTES	PÁG. 8
SOBRE A INFLACÇÃO	PÁG. 9
DEPOIMENTO SOBRE O CHILE	PÁG. 10
REFORMADOS	PÁG. 12

O DEUS QUE A IGREJA NOS VENDE

O autor de «Trinta Facadas de Raiva» — António Calvino — volta ao contacto com os seus leitores com «O Deus que a Igreja nos vende».

Antes de iniciar a crítica que me proponho fazer, gostaria de chamar a atenção aos leitores para o facto de assinar o trabalho. Como membro da Redacção do ELO estava dispensado de fazê-lo, mas como aqui vou expôr uma opinião pessoalíssima e independente do espírito redactorial assino-o.

Posta de parte esta pequena explicação, entremos pois no mundo de ontem, hoje e amanhã que nos propõe o supracitado livro.

O difícil conteúdo de «O Deus que a Igreja nos vende», certamente não terá sido motivo de grande surpresa para quem conhece o Calvino. A sua jovialidade e o seu inconformismo perante a aceitação dos factos, levam-no a percorrer o campo da metafísica.

O seu livro é uma denúncia ao obscurantismo a que a Igreja tem submetido os Povos.

É pena realmente que o Calvino não tenha aprofundado mais certos temas do seu «provocatório» livro. Digo isto pois parecem-me insuficientes as explicações dadas no tema em que se propõe «reabilitar» judas.

Mas, o autor afirma que o tema global é uma fonte inesgotável. E, por vezes, poucas palavras dizem mais que grandes volumes maçudos em que as repetições são uma constante ao longo das páginas. O assunto efectivamente dava, e dá, para grandes volumes literários, mas, numa linguagem incisiva, em que muitas vezes o pouco diz muito, as páginas vão ficando para trás e o pensamento demora-se na reflexão dos assuntos tratados.

Outro ponto interessantíssimo são as fotografias e respectivas legendas, que ilustrem o livro. A expressividade das mesmas, constituem um documento importantíssimo, mais valioso que milhares de palavras.

E já agora, sei que o Calvino não irá ficar melindrado com o desafio que lanço aos leitores do seu arriscado livro.

Diz o «GENISES» que:
— (...expulsando Adão e Eva do Paraíso, estes foram encontrar muitas dificuldades (...)) e nasceram dois filhos, Abel e Cain. Abel dedicava-se à pastorícia e Cain à agricultura. Um dia ambos se apresentaram perante o Senhor oferecendo-lhes o produto dos seus trabalhos. O Senhor apreciou muito os rebanhos de Abel e não fez qualquer alusão, aos produtos de Cain; Cain ciumento matou o irmão e mais tarde quando se apresentou perante o senhor e este tendo perguntado por Abel, Cain confessou o seu crime. (...) Então

o Senhor vendo Cain arrependido e medroso colocou-lhe um sinal sagrado para que ninguém lhe fizesse mal. (...) Cain partiu para outras paragens onde casou com a filha do rei (...) que andava em guerra (...).

Ora bem. O Senhor bíblico, tal como a Igreja nos apresenta é um ser infinitamente bom e justo.

Cabe-me perguntar:

— Sendo ele infinitamente justo, não terá cometido uma injustiça a Cain? Pois se assim Ele é, porque motivo apreciou o trabalho de um e ignorou o do outro?

Se Deus criou Adão e Eva e estes tiveram dois filhos pergunto:

— Como foi possível a continuidade da raça humana?

— Com o incesto?

— Se só eles existiam como aparece um reino distante cujo rei andava em guerra com o vizinho?

São estas algumas perguntas que ponho à consideração dos leitores.

Tal como o autor de «O Deus que a Igreja nos vende», muitas são as interrogações comuns.

Se ao andarmos numa guerra que não nos dizia respeito, as nossas mães rezavam fervorosamente por nós, como se explica, que uns tenham morrido e outros não?...

Faço a seguir uma transcrição do autor:

— Há guerras, massacres, pestes, epidemias, terremotos, ciclones, crianças que morrem à fome!...

— Deus é Omnipotente!

— Deus é infinitamente Bom!

Como tal, podia e devia acabar com tanto sofrimento no mundo.

Se não acaba... das duas uma:

— Ou não tem poder para isso — e já não é Omnipotente.

— Ou tem poder e não quer acabar — e já não é infinitamente bom.

Coloca-nos pois o autor perante um dilema. Os católicos, crentes nesse Ser que ultrapassa (?) os limites do conhecimento tem, uma palavra a dizer. Mas antes de responderem gostaria que reflectissem, na Inquisição, em Hiroxima, no Hitler, e talvez baste, se bem que poderia fornecer mais tópicos para reflexão.

Como é possível que em nome dum ser misericordioso, bom, justo, defensor dos pobres e, oprimidos, se benzam armas para matar homens que apenas queriam ser homens, como acontecia na guerra colonial?

Deus disse: — É mais fácil passar um camelo pelo buraco, de uma agulha, do que um rico entrar no reino dos céus.

Sendo assim não vejo grandes hipóteses para muitas pessoas que professam o catolicismo. Como católicos, vão para o céu. Mas, quando simultaneamente são ricos, para onde vão?

Talvez que como «quem dá aos pobres empresta a Deus» quando chegar à altura do «Juízo Final» as esmolas sirvam de atenuantes.

E sendo assim forçosamente terá que haver «pobrezinhos» para que os ricos possam cometer boas acções e arranjar um lugarzinho no Céu. E a mendicidade será, consequentemente um «mal» necessário a esses senhores que vão à missa com anéis de rubis. E o problema dos pobres jamais será resolvido, pois têm que continuar com a sagrada missão. Esmolarem para beneficiarem os ricos. Sim, porque, por muito católicos que sejam, não estão dispostos a prescindir das suas riquezas por causa do Além. A tal história do camelo e da agulha... passa-se à frente... e enquanto cá andarmos é gozar a vida.

Mas em abono da verdade terão que dizer, que não há religião ruim. Qualquer que seja o credo religioso, manda praticar o bem, sermos justos e fraternos. Ame-se, Deus, Alá ou qualquer objecto. Qualquer religião tem por fim o triunfo do Bem sobre o Mal.

Mas, do que ninguém tem culpa é que pessoas nada, ou muito pouco, escrupulosas se sirvam desses requisitos para proveitos pessoais. E assim chegamos à situação presente.

É difícil a compreensão da «Santa Inquisição». Centenas de milhares de pessoas (quantos milhares de inocentes) foram queimadas no «fogo purificador» em nome da mais justa, mais bondosa e perfeita criatura. Será Ele tão insensível à dor humana, que tenha «colaborado» nessas atrocidades sem precedentes?

— «Deixai vir a mim as crianças.»

Disse Jesus. Como poderá Ele consentir que morram milhares de crianças com fome?

— «Todos os Homens são irmãos.»

— Porquê então tanta maldade?

— Porquê então tanta guerra?

— Porquê então tanta exploração?

— «Todos os homens foram criados à Sua semelhança» — diz a Bíblia.

— Porquê então os ricos e os pobres?

— Os honestos e os ladrões?

— Os bons e os maus?

Enfim, um sem-número de questões se levantam, e à medida que maiores interrogações nos surgem.

Reflectindo um pouco, creio que não poderei classificar o presente trabalho como uma crítica, formal.

Mas também não disvirtua o propósito inicial.

VICTOR SENGO

CURSOS PARA ASSASSÍNIOS

A falta de melhor título, fazemos eco de uma notícia publicada pelos nossos prezados colegas da imprensa.

Apesar da nova face que a administração Carter pretende imprimir aos Estados Unidos, continuam a chegar-nos as notícias mais insólitas.

Pretendemos com isto dizer que no país onde, a enorme estatua dedicada à Liberdade, desde há algumas semanas a esta parte, qualquer pessoa pode aprender a matar! Para tal basta comprar a revista «especializada no assunto». «Assassino» é a revista em questão e encontra-se à venda em toda a parte. Desde o fabrico de uma bomba atómica até ao assassino de um presidente, tudo se pode aprender na revista.

Aliás o primeiro número da «Assassino» apresenta uma composição fotográfica com o presidente James Carter visto através da lente telescópica de uma arma acompanhado-a de uma legenda verdadeiras tentadora: «A maneira de você o fazer. Leia a página especial.»

O «faça você mesmo» do assassinato tem, como aliás seria impossível não ter, os seus edi-

tores. Transcrevemos a seguir as palavras de um dos editores aquando da apresentação e lançamento de tão «instrutiva» publicação: «Foi com certa emoção que se apresentou um novo número do semanário (Assassino). Uma espécie de «Tim» (semanário político), dedicado à espionagem, à sabotagem e ao assassinio.»

De entre as inúmeras «matérias pedagógicas» que o leitor poderá «aprender», todas elas sugestivas, poderá, em pouco tempo, tornar-se um assassino «diplomado». Assim de entre as matérias salientamos «como construir uma bomba atómica», «como fazer explodir um automóvel com uma bomba de fabrico caseiro» e o ponto forte «como assassinar um presidente ou chefe de governo.»

David Kormblun, proprietário da revista a que «stamos fazendo referência, declarou ter «reflectido maduramente antes de se lançar no empreendimento», cujo sucesso afirmou tê-lo surpreendido.

Por outro lado vários jornalistas têm-se insurgido contra a revista, o mesmo sucedendo com a televisão. Por seu turno o proprietário replica que o seu intuito consiste apenas em mostrar à luz do dia o mundo chocante e terrível dos espões e dos assassinos por conta de outrém, além de desejar demonstrar como é actualmente fácil, para os terroristas, dominarem o mundo.

Enfim, a revista continua a sua «carreira» e parece-nos que os

seus proprietários não irão desistir pois «Assassino» teve uma tiragem de 128 mil exemplares, sendo vendida a 1.25 dólares, que em moeda portuguesa prefazem cerca de 60 escudos.

CODEFA COMEMOROU 1.º ANIVERSÁRIO

Fez no passado dia 18 de Maio um ano que a CODEFA (Cooperativa de Bens de Consumo dos Deficientes das Forças Armadas) foi fundada. A Direcção da CODEFA decidiu comemorar a passagem do 1.º Aniversário da Cooperativa através de um jantar num restaurante em Lisboa e uma confraternização no campo (Alentejo).

O jantar realizou-se no dia 25 de Maio num restaurante típico no Bairro Alto e contou com a presença de cerca de 40 sócios da cooperativa.

Na unidade colectiva de produção da Panasqueira, concelho de Ferreira do Alentejo, realizou-se, no dia 28 de Maio, uma confraternização, na qual participaram, além dos sócios da cooperativa que se deslocaram de Lisboa (cerca de 60), trabalhadores rurais. Depois de uma pescaria na ribeira fez-se caldeirada de peixe e não faltou também o ensopado de porrego.

Para lá do almoço houve também corais alentejanos e tiro ao alvo.

QUAL É A CORRECTA?

1 — «Rocóco», significa:

- a) Estilo de arte
- b) Variante música
- c) Deusa grega

2 — «Equóro», refere-se a:

- a) Equídeos
- b) Mar alto
- c) Planta carnívora

3 — Miguel de Cervantes foi o autor na notável obra literária:

- a) Os Lusíadas
- b) D. Quixote de la Mancha
- c) Amor de Perdição

4 — «O canto da ocidental praia», é uma composição musical da autoria de:

- a) Nuno da Nazaré Fernandes
- b) Viana da Mota
- c) António Vitorino de Almeida

5 — Diz-se «espavorir» quando se:

- a) tem medo
- b) corre muito
- c) é tolo

6 — Ao instrumento que permite reproduzir os objectos que temos à vista chama-se — diágrafo.

- a) Sim
- b) Não

7 — «Coscuvilhar» e «Coscorrinho» significam a mesma coisa?

- a) Sim
- b) Não

8 — Autor de várias obras consideradas hoje como literatura infantil, entre as quais: «VIAGEM AO CENTRO DA TERRA», «20 MIL LÉGUAS SUBMARINAS», etc.

- a) Emílio Salgari
- b) Hans Anderson
- c) Júlio Verne

9 — A 4.ª dinastia ou dinastia Bragantina teve o seu primeiro rei cognominado o «Restaurador» cujo nome era:

- a) Afonso VI
- b) João IV
- c) Pedro V

10 — O último rei de Portugal, deposto aquando da aclamação da República foi:

- a) Manuel II
- b) Manuel I
- c) Carlos I

RESPOSTAS:

1 — a); 2 — b); 3 — b); 4 — c); 5 — a); 6 — a); 7 — b); 8 — c); 9 — b); 10 — a).

PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVOCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO, LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPÍRITO ABERTO A CRÍTICA. A OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESTÁ A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTÁ CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEREMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E PÔR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR. PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTÁ-LA / EM SEGUIDA.

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA», DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NÓS PRETENDEMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

«OS LUSÍADAS» *

As Armas e os Barões assinalados,
Que da occidental praia lusitana,
Por mares nunca de antes navegados,
Passaram ainda além da taprobana;
E em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
Entre gente remota edificaram
Novo reino, que tanto sublimaram.

No mar tanta tormenta e tanto dano,
Tantas vezes a morte apercebida!
Na terra tanta guerra, tanto engano,
Tanta necessidade aborrecida!
Onde pôde acolher-se um franco humano?
Onde terá segura a curta vida,
Que não se arme e se indigne o céu sereno
Contra um bicho da terra tão pequeno?

Passámos a grande ilha da Madeira,
Que do muito arvoredo assi se chama;
Das que nós povoámos a primeira,
Mais celebre por nome, que por fama;
Mas nem por ser do mundo, a derradeira
Se lhe vantagem quantas Venus ama;
Antes, sendo esta sua, se esquecera
De Cypro, Gnido, Paphos e Cythera.

E vós, tágides minhas, pois criado
Tendes em mi um novo engenho ardente,
Se sempre em verso humilde, celebrado
Foi de mi vosso rio alegremente:
Dae-me agora um som alto e sublimado,
Um estylo grandiloquo e corrente;
Porque de vossas aguas Phebo ordene
Que não tenham inveja ás de Hippocrene.

Na terra cantamente aparelhavam
Armas e munições, que como vissem
Que no rio os navios ancoravam,
N'elles ousadamente se subissem;
E com esta traição determinavam,
Que os de Luso de todo destruíssem:
E que incautos pagassem d'este geito,
Oma que em Moçambique tinham feito.

E com forçar o rosto, que se enfia,
A parecer seguro, ledão, inteiro,
Para o pelouro ardente, que assovia,
E leva a perna ou braço ao companheiro.
D'esta arte o peito um callo honroso cria,
Desprezador das honras e dinheiro,
Das honras e dinheiro, que a ventura
Forjou, e não virtude justa e dura.

Inclinae por um pouco a magestade,
que n'esse tenro gesto vos contemplo;
Que já se mostra qual na inteira edade
Quando subindo ireis ao eterno tempol.
Os olhos da real benignidade
Ponde no chão: vereis um novo exemplo
De amor dos patrios feitos valerosos,
Em versos divulgados numerosos.

Este Povo que é meu, por quem derramo
As lagrimas que me vão caídas vejo,
Que assaz de mal lhe quero, pois que o amo,
Sendo tu tanto contra meu desejo!
Por elle a ti rogando choro e bramo,
E contra minha dita emfim pelejo.
Ora, pois porque o amo é mal tratado,
Quero-lhe querer mal, será guardado.

Pois que direi d'aquelles, que em delicias
Que o vil ocio no mundo traz consigo,
Gastam as vidas, logram a divicias,
Esquecidos do seu valor antigo?
Nasceram da tyrannia inimicicias,
Que o povo forte tem de si inimigo:
Comtigo, Italia, falo, já submersa
Em vícios mil, e de ti mesma adversa.

Já no largo Oceano navegavam,
As inquietas ondas apartando;
Os ventos brandamente respiravam,
Das Nãos as velas concavas inchando:
De branca espuma os mares se mostravam
Cobertos, onde as prôas vão cortando
As maritimas aguas consagradas,
Que do gado de Prôteo são cortadas.

E tu, nobre Lisboa, que no mundo
Facilmente das outras és princesa,
que edificada foste do facundo,
por cujo engano foi Dardania accessa;
tu, a quem obedece o mar profundo,
Obedeceste á força portugueza,
Ajudada também da forte armada,
Que das boreaes partes foi mandada.

Nenhum que use de seu poder bastante
Para servir a seu desejo feio,
E que, por comprazer ao vulgo errante
Se muda em mais figuras que Proteio:
Nem, Camenas, também cuideis que cante
Quem com habito honesto e grave, veiu,
Por contentar ao Rei no officio novo,
A despir e roubar o pobre povo.

Que se aqui a rasão se não mostrasse
Vencida do temor demasiado,
Bem fôra que aqui Baccho os sustentasse,
Pois que de Luso vem, seu tão privado;
Mas esta tenção sua agora passe,
Porque enfim vem de estomago damnado;
Que nunca tirará alheia inveja
O bem que outrem merece e o céu deseja.

Oh tu, que tens de humano o gesto e o peito,
(Se de humano é matar uma donzella
Fracca e sem força, só por ser sujeito
O coração a quem soube vencel-a)
A estas criancinhas tem respeito,
Pois o não tens á morte escura d'ella:
Mova-te a piedade sua e minha,
Pois te não move a culpa, que não tinha.

Nem quem acha, que é justo e que é direito
Guardar-se a lei do rei severamente
E não acha, que é justo e bom respeito,
Que se pague o suor da servil gente.
Nem quem sempre com pouco experto peito
Rasões aprende e cuida que é prudente,
Para taixar, com mão rapace e escassa,
Os trabalhos alheios, que não passa.

LUÍS DE CAMÕES

5.º CAMPEONATO EUROPEU

(Continuação da 1.ª pág.)

DE TIRO AO ARCO

melhores resultados, em termos de classificação, porque teve que competir com equipas em cujos países os deficientes desde há muito que praticam desporto a sério, tendo assim uma preparação que os desportistas portugueses não têm. Até no próprio equipamento se verificou uma assinalável diferença entre a equipa portuguesa e as restantes, que possuíam arcos superiores a quarenta libras e totalmente artilhados com estabilizadores e flechas de óptima qualidade.

Muitos ensinamentos colhidos

O contacto da equipa portuguesa com as equipas de outros países, bem como com a realidade holandesa quanto a desporto para deficientes,

proporcionaram, além de fornecerem um incentivo para o prosseguimento da prática do desporto, ensinamentos inestimáveis aos nossos desportistas, pois puderam verificar e aprender a forma como outros países e os deficientes desses países encaram o desporto, qual o apoio aí existente e, sobretudo, permitir-lhes constatar que, de facto, o desporto para deficientes é uma realidade em alguns países da Europa e que temos que seguir-lhes o exemplo.

Entretanto devemos salientar que a organização deste campeonato foi perfeita, desde a competição em si, até todo um conjunto de condições que necessariamente

terão que existir para que os deficientes, especialmente os que se deslocam em cadeiras de rodas, se possam sentir à vontade. Saliente-se, por exemplo, a existência de autocarros, especialmente adaptados para cadeiras de rodas, para transportar os desportistas, e o alojamento em hotéis também com todas as condições para serem utilizados por cadeiras de rodas.

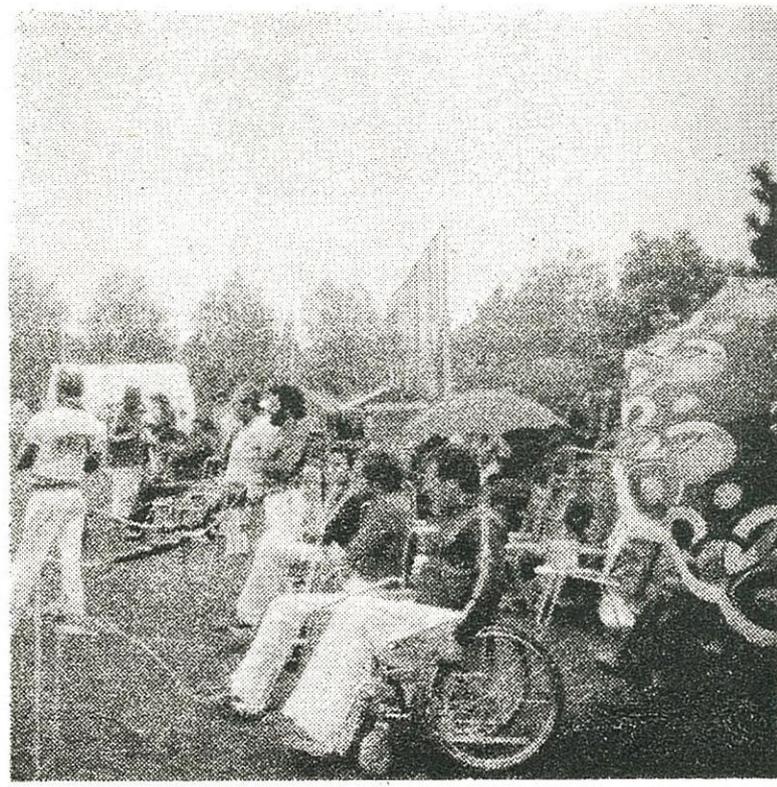
O tempo é que não ajudou, choveu bastante e fez muito vento, o que de certo modo prejudicou os resultados gerais.

No dia 4 à noite realizou-se numa cerimónia de encerramento e entrega de prémios aos primeiros classificados. Seguiu-se a confraternização entre os representantes dos vários países, muita rica em troca de experiências e conselhos para futuros torneios.

De entre as onze equipas concorrentes, representando

outros tantos países europeus, classificou-se a alemã em primeiro lugar.

O próximo campeonato europeu de tiro ao arco para deficientes realiza-se em 1978 (Junho) na Dinamarca.



Em primeiro plano os quatro desportistas portugueses

4 GENERAIS DO FASCISMO DEFENDEM A CONTINUAÇÃO DA GUERRA COLONIAL

Não se pode deixar passar sem um comentário que diga a verdade que alguns (poucos) já querem fazer esquecer sobre a guerra colonial e os deficientes das Forças Armadas. Referimo-nos ao livro recentemente aparecido a público da autoria de 4 generais do fascismo «África — A Vitória Traída».

É lamentável que se possam impunemente fazer afirmações falsas, tendenciosas e demagógicas. Porém, o Povo Português e particularmente os D. F. A. sabem distinguir porque viveram e sentiram bem no espírito e na carne os horrores da guerra e dum regime que nos quis reduzir à impotência e à subcondição de objectos facilmente manipuláveis pelos senhores que dos seus cómodos gabinetes nos utilizavam para dar cobertura aos seus interesses.

Este livro é, no fundamental, um ataque à descolonização. Está inserido no ataque das forças reacçãoárias e ultra-conservadoras à Revolução Portuguesa iniciada com o 25 de Abril de 1974 e serve para tentar confundir meia dúzia de saudosistas que de olhos fechados ainda sonham com impérios coloniais.

A realidade é bem diferente. Os novos países de expressão portuguesa são agora nações independentes que querem manter as mais estreitas relações com Portugal à luz dos princípios da não ingerência dos países nos assuntos dos outros povos e da cooperação de todos no caminho da extinção da exploração e opressão que ainda existe em alguns países não libertados.

Mas situemo-nos em aspectos concretos do livro em questão.

São muito nítidas várias contradições, a saber:

1 — Apoio internacional

O ditador Salazar dizia que estávamos «orgulhosamente sós». Neste livro, também, ora se reafirma esta realidade ora se afirma o contrário, invocando apoios da Inglaterra, Estados Unidos da América, França e República Federal da Alemanha. Em que ficamos?

2 — Inimigo fraco

O livro diz que os Movimentos de Libertação tiveram 20 vezes mais mortos e 10 vezes mais feridos do que os mencionados nas suas estatísticas.

Por outro lado diz também que o contingente dos seus efectivos militares era bastante inferior ao reivindicado pelos movimentos emancipalistas. Com os números apontados pelos generais e feitas estas contas chegamos à conclusão de que os autores de «África — A Vitória Traída» ou não sabem fazer contas ou pensam que o povo português anda mesmo a dormir. Será que não vêem que o número (apontado no livro) de mortos e feridos que as nossas tropas infligiam ao inimigo é superior ao que os generais dizem serem os efectivos militares desses mesmos movimentos de libertação? Não, senhores generais, nós sabemos bem fazer essas contas,

apesar de por culpa das forças saudosistas ainda sermos o País com mais analfabetos da Europa.

3 — Governo (bom ou mau)?

Outra contradição. Neste livro, os autores ora dizem que o Governo de Salazar e Caetano era bom ora dizem o contrário. Em que ficamos?

4 — Deslocação de tropas de Angola para Moçambique

O sr. Kaulza de Arriaga diz que a guerra em Moçambique estava ganha. Era uma questão de pouco mais tempo. O inimigo estava completamente destroçado. Mas então pergunta-se: — porque era preciso deslocar efectivos militares das nossas tropas estacionadas em Angola para Moçambique? Isto é mais outra das contradições que facilmente se encontram nas páginas do livro.

Podíamos ainda determo-nos mais ou menos longamente noutra série de aldrabices.

— O número de desertores foram muito mais do que os apontados;

— O número de deficientes ultrapassa os 20 mil e o livro refere só 3835. Só aqui nós podemos já adiantar que a ADFA tem cerca de 6 mil sócios e a Caixa Geral de Aposentações pagava já em 1975 6 mil pensões de invalidez. Onde está a verdade?

— O livro refere a humanidade das operações. Nunca tínhamos ouvido falar nisto.

— O sucesso da operação Nó Górdico. Mentiram. Igualmente aldrabice é a forma como refere os Aldeamentos, como elogia a Pide-DGS, como refere o assassinato de Amílcar Cabral e as causas de expulsão dos refugiados.

Mas se pretendêssemos ser menos breves não deixaríamos de referir o assunto dos opositores ao regime fascista e à guerra colonial (desertores, refractários e compelidos) que foram muitos;

— Os insultos aos militares de Abril que o livro tem;

— A redução da luta de classes e a luta anti-imperialista ao confronto entre duas superpotências que é um insulto ao passado antifascista e democrático de tantos portugueses;

— O desvio para conceitos abstractos do sr. Kaulza;

— As lições de racismo deste general (ainda estamos lembrados daquelas que toda a imprensa publicou logo a seguir ao 25 de Abril extraídas das suas aulas no Instituto de Altos Estudos Militares);

— Os elogios das ideologias fascista e colonialistas pura e simplesmente anticonstitucionais.

Enfim, o estertor fascista justifica que estes saudosistas do passado, frustrados da guerra e derrotados no campo de batalha nos apresentem este livro que o povo de ontem e principalmente o de hoje e amanhã não quer porque deseja a paz, o pão e o progresso, sempre integrado na luta geral de todos os povos pelo fim das injustiças e pela libertação da exploração.

A PD ORGANIZOU TORNEIO DE PROMOÇÃO DESPORTIVA

A Associação Portuguesa de Deficientes (ADP), com a colaboração do Lar Militar, do Centro de Trabalho Protegido da Venda Nova e do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão e ainda com o apoio da Direcção Geral dos Desportos, levou a efeito, nos dias 23 e 24 de Abril, no Estádio do Sporting em Lisboa, um torneio desportivo que reuniu cerca de uma centena de deficientes.

Segundo declarações de um membro da ADP, prestadas a um jornal diário, «este torneio de promoção traduziu o significado importante de uma iniciativa de carácter cultural, porque a prática do desporto proporciona, entre outros benefícios, uma série mais ampla de contactos humanos, de relações sociais, o que de um modo geral, sensibiliza as pessoas para os graves problemas que nos afectam e contribui assim para a criação de maiores facilidades à nossa tão almejada reabilitação e reintegração na sociedade».

As modalidades praticadas neste torneio foram o ténis de mesa, basquetebol, atletismo (lançamentos de disco, de peso e de dardo) e, ainda, gincana e mcadeiras de rodas.

A ADFA foi convidada para participar neste torneio organizado pela APD, contudo, dado que o convite foi feito já em cima da hora, o que lamentamos, não foi possível essa participação. Congratulamo-nos, no entanto com esta iniciativa de uma Associação de Deficientes, que contribuiu de uma forma positiva, até porque teve cobertura dos Órgãos da Informação, para a consciencialização da sociedade em relação às reais capacidades dos deficientes.

LÊ

ASSINA

E

DIVULGA

ANTI-APARTHEID LISBOA CAPITAL DA LIBERDADE

Lisboa foi promovida à capital da luta anti-apartheid entre os dias 16 e 19 do corrente.

Noutro ponto do nosso jornal, fazemos uma breve análise do que é o «apartheid», nomeadamente na África Austral.

Esse ignóbil sistema que humilha e oprime milhões de seres no seu próprio país, foi motivo da CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO O APARTHEID E O COLONIALISMO EM ÁFRICA.

Milhares de pessoas assistiram ao desenrolar dos trabalhos da Conferência.

Saudação ao Povo Português

No final dos trabalhos os participantes aprovaram uma mensagem ao nosso Povo. É importante, para nós portugueses, o alto significado de tal mensagem.

Portugal, um dos maiores impérios coloniais, encontrou, finalmente, o seu justo lugar — contribuição para a paz mundial e justiça social.

«Contribuindo para a libertação da África Austral, o Portugal democrático desenvolveu novas relações internacionais, em particular com os povos africanos, num clima de amizade e fraternidade, e tem perante si a possibilidade de desempenhar um papel positivo e relevante nas relações de cooperação e solidariedade mútua entre os povos da Europa e da África.»

Os subscritores da mensagem apontam o «significado histórico do 25 de Abril, que, ao derrubar o regime fascista, resultou numa importante vitória das forças progressistas, quer em Portugal, quer em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe».

Mais adiante pode ler-se na mensagem a que nos estamos a reportar: «ao destruir o eixo Lisboa-Pretória-Salisbúria, a Revolução de Abril deixou os regimes fascistas de Vorster e Smith num estado de profunda perturbação».

No final daquela mensagem pode ler-se:

«A Conferência Mundial, deseja ao povo português, que recebeu a conferência tão amistosamente, os melhores êxitos na consolidação da democracia, da unidade das forças progressistas, das conquistas da revolução e da Independência Nacional.»

Acção Anti-«Apartheid»

Os participantes na Conferência Mundial contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral, aprovaram um programa de acção contra os regimes minoritários da África do Sul e Rodésia, que incita «s governos, parlamentos, organizações internacionais, partidos políticos, sindicatos, organizações de juventude e de mulheres, organizações religiosas, movimentos anti-«apartheid» e comités de solidariedade de todo o mundo

a condenarem decididamente a política do «apartheid» seguida pelo regime minoritário da África do Sul que oprime a maioria do povo; a ocupação ilegal da Namíbia pelo regime do «apartheid» e o regime de racismo e terror no Zimbábwé; e a mobilizarem a opinião pública contra tais políticas e concomitantemente a realizarem comícios de esclarecimento da opinião pública internacional, utilizando os órgãos de comunicação de massas e promovendo visitas de delegações do ANC; Frente Patriótica do Zimbábwé e da SWAPO da Namíbia».

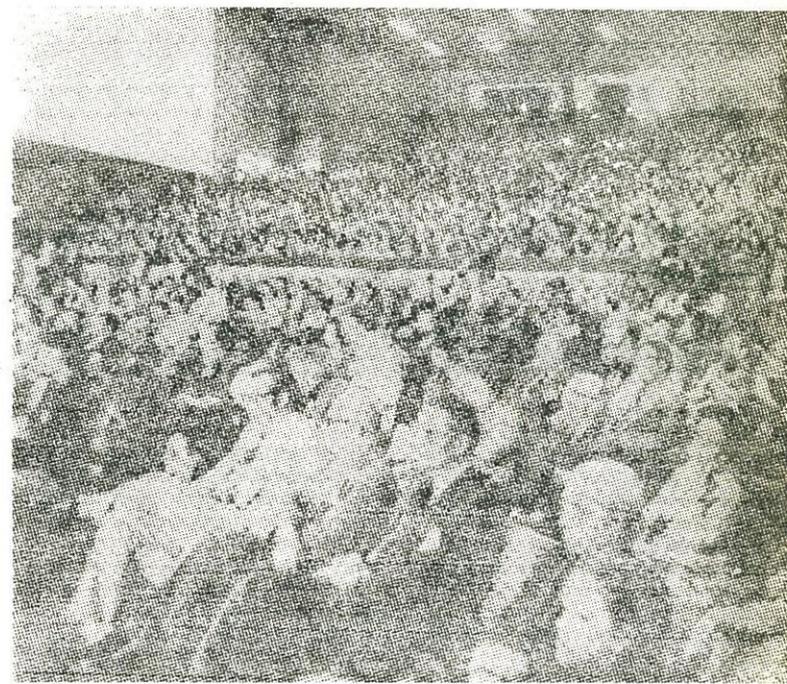
Do programa de acção fazem parte formas dedicadas ao apoio dos movimentos de libertação e à ampliação de acções de informação e outras em cooperação com as Nações

Unidas, Organização de Unidade Africana e movimentos de libertação.

Declaração geral

«A Conferência Mundial decide lutar contra o «apartheid», o Racismo e o Colonialismo na África Austral e em qualquer parte do mundo até às últimas consequências», proclama a «declaração geral da Conferência Mundial».

Referindo-se ao Portugal democrático e consequentes transformações, a declaração geral frisa que «a independência de Angola e Moçambique quebrou a cadeia do colonialismo e racismo da África Austral e alterou decisivamente a correlação de forças de libertação do Zimbábwé, Namíbia e África do Sul.»



Aspecto geral da assistência à Conferência Mundial

«A Conferência dirige uma palavra especial às igrejas e missões que desenvolvem actividades na África do Sul, Namíbia e Zimbábwé. Um largo sector do mundo cristão apoia a luta do povo oprimido da África do Sul. As igrejas cristãs foram encaradas durante muito tempo como estando ao

lado dos opressores. Na actual situação é urgente, que as igrejas cristãs reassumam as suas responsabilidades e cooperem com aqueles que, como os movimentos progressistas, trabalham no sentido da justiça e do humanitarismo.

«A Conferência regista que a luta dos movimentos de libertação nacional e os seus êxitos fortalecem a paz e a segurança internacionais.

A Conferência depois de manifestar o papel relevante dos países Socialistas incita ao «redobramento dos esforços como parte do dever internacionalista da humanidade para ajudar a esmagar o fascismo onde quer que se levante a sua repugnante cabeça.»

No documento são «especialmente condenados» os Estados Unidos da América do Norte, a França, a República Federal Alemã, a Grã-Bretanha, Israel, Itália e a Coreia do Sul, pelo apoio que prestam aos regimes racistas de Smith e Vorster.

Resolução final

1. Considerando a ofensiva actual do imperialismo contra o conjunto dos Movimentos de Libertação Nacional e mais particularmente contra os Estados Progressistas da África para manter o status quo racista na África Austral,

2. Considerando que esta ofensiva se traduz numa política planificada de desestabilização e de agressão contra os Estados Progressistas da África, que constituem em todos os planos as retaguardas mais firmes dos combatentes da liberdade na África Austral; política de desestabilização que recentemente levou à agressão contra a República Popular do Benin, ao assassinato do Chefe do Estado Congolês comandante M. Nguabi, ao putsch falhado na República Popular de Angola, à agressão sistemática do regime de Ian Smith contra a República Popular de Moçambique, Botswana, Zâmbia e Angola, e às ameaças explícitas que pesam sobre a República da Guiné;

3. Considerando que estas manobras de subversão contra os Movimentos de Libertação Nacional são actualmente acompanhadas de vastas campanhas de descrédito internacional contra os Estados Progressistas através da falsificação dos Meios de Comunicação Social, das potências imperialistas e seus satélites e das chamadas organizações priva-

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADFA

(Continuação da 1.ª pág.)

78; o Conselho Fiscal Central obteve 354 votos Sim e 52 Não. Os restantes votos foram brancos e nulos numa percentagem de cerca de 5 por cento.

As listas «A» apresentaram-se aos sócios com um programa dinâmico, assente nos princípios da Associação e apontando para a sua defesa e desenvolvimento, propondo-se projectar a ADFA como uma grande Associação que já é, de molde a desem-

penhar um papel importante no processo de reabilitação e integração social dos deficientes das Forças Armadas e de todos os deficientes portugueses. Foi neste programa que os socios votaram e será este programa que será aplicado e cumprido, não apenas com o esforço e dedicação dos órgãos agora eleitos, mas também, e sobretudo, com a participação activa dos sócios.

Ficaram assim constituídos os Órgãos Sociais Centrais da ADFA para os próximos dois anos.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Presidente — ALFREDO PEREIRA MAU	Sócio n.º 1776
1.º Secretário — MANUEL BARBOSA CARNEIRO	Sócio n.º 34
2.º Secretário — HUMBERTO SERTÓRIO FONSECA RODRIGUES	Sócio n.º 150

DIRECÇÃO CENTRAL

Presidente — JORGE MANUEL GARRIDO PARDAL MAURÍCIO	Sócio n.º 208
Vice-presidente — ANTÓNIO JOAQUIM LAVOURAS LOPES	Sócio n.º 2
1.º Secretário — MANUEL LOPES DIAS	Sócio n.º 379
2.º Secretário — JOÃO MATIAS DE VASCONCELOS	Sócio n.º 590
Tesoureiro — LUDGERO DOS SANTOS SEQUEIRA	Sócio n.º 76

CONSELHO FISCAL CENTRAL

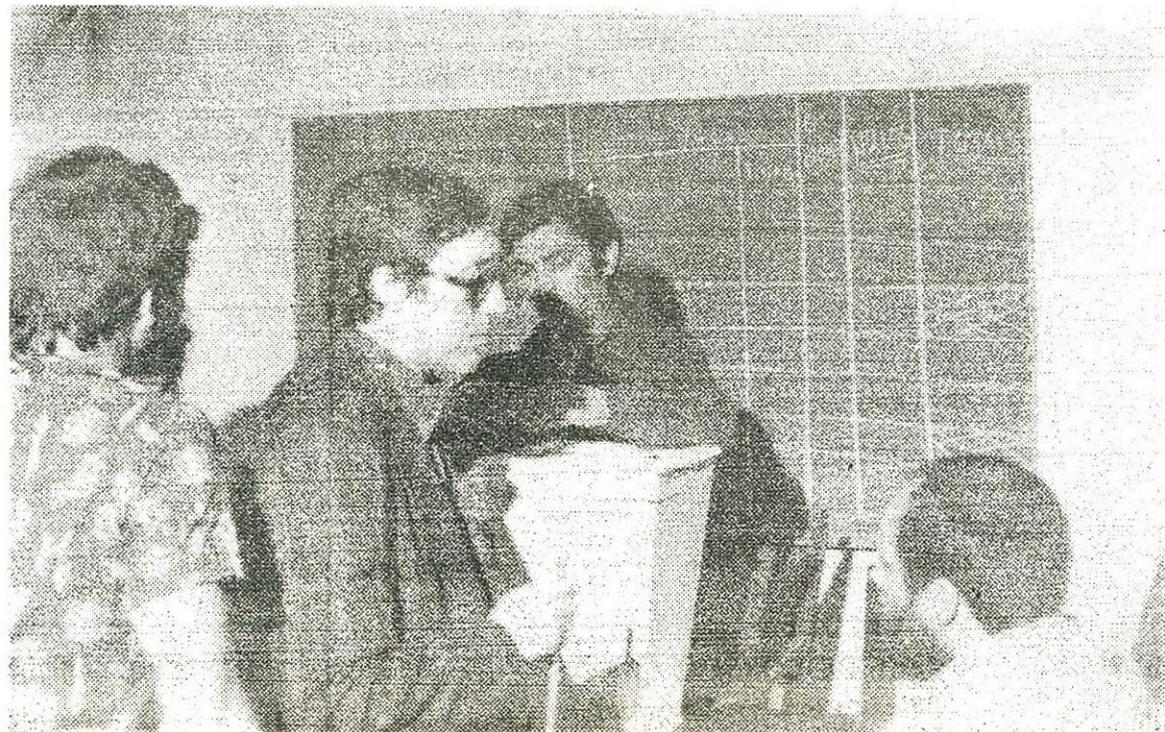
Presidente — ALBERTINO FLORES SANTANA	Sócio n.º 566
Secretário — CARLOS MANUEL FARINHA RODRIGUES	Sócio n.º 2807
Relator — HUGO ANTÓNIO CONSTANTINO GUERRA	Sócio n.º 1371
1.º Vogal — MARCELINO JOSÉ DA SILVA DIAS	Sócio n.º 200
2.º Vogal — IVO AUGUSTO GERALDO DE FARIA PAULINO	Sócio n.º 6

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS REGIONAIS E LOCAIS

Entretanto a eleição dos Órgãos Sociais das Zonas e Delegações realizou-se no dia 18 de Junho.

Dado que ainda não está encerrado este acto eleitoral, porque algumas delegações não efectuaram a votação; fazendo-o no fim de semana seguin-

te, não dispomos dos resultados finais. No próximo número do «Elo» serão apresentados esses mesmos resultados, bem como a constituição dos Órgãos Sociais das Zonas e Delegações.



Aspecto parcial da votação em Lisboa

(Continua na 8.ª pág.)



VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA

DELEGAÇÃO DE COIMBRA PROSSEGUE DINAMIZAÇÃO

No prosseguimento do seu programa informar toda a população do distrito de Coimbra acerca da justa luta dos D. F. A. e fins para que foi formada a nossa Associação, a Delegação de Coimbra promoveu sessões de esclarecimento nos passados dias oito e doze de Maio, em Formoselha, pequena aldeia do distrito, e no Instituto de Justiça e Paz, acompanhadas da projecção do filme «Ecos de Uma Guerra».

Embora com algumas dificuldades económicas, esta Delegação procura, acima de tudo, difundir a voz dos Deficientes das Forças Armadas, quer por intermédio da imprensa, quer através dos seus próprios meios. Dinamização terá e deverá ser feita. Consideramos a tarefa fundamental, desde que seja executada para servir os interesses dos Deficientes.

A Delegação de Coimbra procura difundir, através do seu trabalho, os legítimos interesses dos Deficientes das Forças Armadas e os verdadeiros ideais da A. D. F. A.

Tem procurado esta Delegação, apesar dos condicionamentos a que está sujeita, dialogar com as camadas populares, quer nas aldeias, nas empresas, nas escolas, enfim! Em todos os locais onde o nosso principal aliado, o povo, se encontra. A A. D. F. A. está decidida a trabalhar para a resolução dos problemas dos D. F. A. As Delegações são os postos de vanguarda da nossa Associação, pois, localizadas na província, estão mais dentro dos problemas dos deficientes, do seu dia a dia, seu modo de vida, etc.

A Delegação de Coimbra vai pouco a pouco integrando os deficientes no seio do povo, retribuindo este com o seu carinho e presença nas sessões de esclarecimento promovidas pela Delegação.

A juventude portuguesa, tão maltratada durante anos, é dos nossos principais aliados. A prova está o facto de nas sessões de esclarecimento a maioria serem jovens.

Dos mais graves problemas que afectam os deficientes salientam-se a precária assistência médica, inexistência de meios técnicos em Portugal, para resolverem determinados problemas relacionados com as deficiências, tendo o País que recorrer ao estrangeiro. Pensaram os elementos da Delegação ser da máxima importância, um encontro com os jovens de Coimbra, que actualmente estudam a enfermagem. Para nós, o diálogo travado com os futuros enfermeiros e enfermeiras foi bastante útil, pois tornou possível dar-lhes a conhecer os grandes problemas dos deficientes, dando-nos a garantia que no futuro os D. F. A. e deficientes em geral poderão ter uma assistência mais capaz e mais honesta, despida de intenções alheias à verdadeira função dos profissionais da enfermagem. A sala onde se efectuou a sessão estava com uma moldura humana, que desde logo nos deu a garantia que os futuros enfermeiros querem conhecer os problemas dos deficientes, não para se servirem deles

mas para utilizar os seus conhecimentos para servir o deficiente na difícil e dura escalada da reabilitação física e profissional. Ficou bem patente a intenção dos futuros enfermeiros de lutarem pela reintegração e emancipação dos deficientes.

Os alunos e alunas da escola de enfermagem Ângelo da Fonseca não querem mais que o deficiente no nosso país seja um objecto de propaganda da caridade. O deficiente deverá ser um ser útil e não uma cobaia utilizada pela classe dominante, disse-nos um jovem estudante.

Registámos as opiniões de alguns elementos, futuros enfermeiros, que nos fizeram perguntas sobre a A. D. F. A. e sobre os D. F. A.

A Delegação de Coimbra passará a ter todo o apoio do sector da enfermagem, mais concretamente dos alunos da Ângelo da Fonseca. Um dos alunos, também monitor de natação, deu a ideia de podermos vir a trabalhar no sentido de se arranjar — «alugar» — uma piscina para a prática da nataçao, tendo oferecido a sua colaboração. A Delegação irá entrar em contacto com entidades competentes no sentido de passar à prática.

Revolta foi a tónica da conversa travada com outro aluno do 2.º ano de enfermagem. Este jovem, que também foi tropa, conheceu os efeitos das guerras coloniais, pois esteve na Guiné. Segundo nos disse, está decidido a colaborar de forma activa pela conquista dos direitos daqueles que a seu lado combateram em terras de África.

A Delegação de Coimbra irá continuar o seu trabalho baseado na defesa intransigente dos direitos de todos os Deficientes das Forças Armadas.

Queremos salientar o apoio que esta Delegação tem tido por parte do Quartel-General de Coimbra, que tudo tem feito, para que possamos continuar as sessões de esclarecimento. Desde o comandante aos soldados, salientamos com alegria o seu apoio, quer cedendo material de cinema, quer nas facilidades que nos têm dado na obtenção de informações relacionados com as nossas.

Salientamos com alegria o seu apoio e as suas palavras de incentivo, para prosseguirmos na nossa justa luta. Achamos da máxima importância este facto. Não se trata de um mero agradecimento. É o reconhecimento da gratidão de todos nós aos militares daquele quartel, que têm sido na verdade nossos companheiros de luta.

mas para utilizar os seus conhecimentos para servir o deficiente na difícil e dura escalada da reabilitação física e profissional. Ficou bem patente a intenção dos futuros enfermeiros de lutarem pela reintegração e emancipação dos deficientes.

Os alunos e alunas da escola de enfermagem Ângelo da Fonseca não querem mais que o deficiente no nosso país seja um objecto de propaganda da caridade. O deficiente deverá ser um ser útil e não uma cobaia utilizada pela classe dominante, disse-nos um jovem estudante.

Registámos as opiniões de alguns elementos, futuros enfermeiros, que nos fizeram perguntas sobre a A. D. F. A. e sobre os D. F. A.

A Delegação de Coimbra passará a ter todo o apoio do sector da enfermagem, mais concretamente dos alunos da Ângelo da Fonseca. Um dos alunos, também monitor de natação, deu a ideia de podermos vir a trabalhar no sentido de se arranjar — «alugar» — uma piscina para a prática da nataçao, tendo oferecido a sua colaboração. A Delegação irá entrar em contacto com entidades competentes no sentido de passar à prática.

Revolta foi a tónica da conversa travada com outro aluno do 2.º ano de enfermagem. Este jovem, que também foi tropa, conheceu os efeitos das guerras coloniais, pois esteve na Guiné. Segundo nos disse, está decidido a colaborar de forma activa pela conquista dos direitos daqueles que a seu lado combateram em terras de África.

A Delegação de Coimbra irá continuar o seu trabalho baseado na defesa intransigente dos direitos de todos os Deficientes das Forças Armadas.

Queremos salientar o apoio que esta Delegação tem tido por parte do Quartel-General de Coimbra, que tudo tem feito, para que possamos continuar as sessões de esclarecimento. Desde o comandante aos soldados, salientamos com alegria o seu apoio, quer cedendo material de cinema, quer nas facilidades que nos têm dado na obtenção de informações relacionados com as nossas.

Salientamos com alegria o seu apoio e as suas palavras de incentivo, para prosseguirmos na nossa justa luta. Achamos da máxima importância este facto. Não se trata de um mero agradecimento. É o reconhecimento da gratidão de todos nós aos militares daquele quartel, que têm sido na verdade nossos companheiros de luta.

JOSE MARTINS MAIA

DELEGAÇÃO DA ADFA DESLOCOU-SE À MADEIRA E AÇORES

Dado que na Madeira não existe qualquer delegação da DOFA e que nos Açores existe apenas uma delegação em todo o Arquipélago, a Associação enviou as Ilhas um delegado a fim de apoiar os deficientes das Forças Armadas que aí residem na elaboração dos requerimentos da revisão processual, que terminou no dia 22 de Junho.

O enviado da ADFA permaneceu na Madeira do dia 5 de Maio até ao dia 19. De seguida o mesmo representante da Associação deslocou-se aos Açores, onde permaneceu até 15 de Junho.

A actuação do delegado da ADFA autoridades militares e civis do Arquipélago, muito especialmente do Quartel General da Região Militar da Madeira que destacou um oficial, por sinal deficiente das Forças Armadas no activo, e um condutor para o acompanharem, além de proceder à divulgação do programa da passagem pelas várias sedes de conselho onde, nas Câmaras Municipais, foi marcado ponto de encontro com os deficientes.

Nesta deslocação à Madeira foram contactadas 315 pessoas, entre deficientes e familiares de militares falecidos, foram feitos 73 requerimentos e tomou-se nota de 73 casos de natureza diversa a serem tratados em Lisboa.

No próximo número do «Elo» apresentaremos os resultados da deslocação aos Açores.



Assinar o «ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS», é uma forma de contribuir para a difusão e compreensão da problemática de um vasto sector desfavorecido da população, não de uma forma caritativa mas num espírito de solidariedade e calor humano comprovando que os deficientes não estão sós na luta pela integração numa sociedade que, à medida que se for tornando mais justa, menos os marginalizará.

Recorte e envie para Jornal «ELO» — Palácio de Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA.

Queiram considerar-me assinante do «ELO DOS DFA»

Nome

Morada

Localidade

PORTUGAL

ANUAL 100\$00

SEMESTRAL 50\$00

ESTRANGEIRO

ANUAL 200\$00

SEMESTRAL 100\$00

(Marque com um X o quadrado respectivo)

JUNTO ENVIO CHEQUE

VALE DE CORREIO
(Riscar o que não interessa)

3.º ANIVERSÁRIO DA DELEGAÇÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

A delegação da ADFA em Vila Nova de Famalicão celebrou o seu 3.º aniversário no dia 25 de Maio. Recordam-se que esta delegação foi a primeira que a ADFA abriu no País. A propósito da passagem do 3.º aniversário, os responsáveis da delegação deram uma conferência de imprensa, na qual informaram os representantes dos órgãos da Informação presentes, das actividades desenvolvidas pela delegação em particular, e pela ADFA em geral.

Os responsáveis da delegação de Vila Nova de Famalicão, apelam para todos os deficientes das Forças Armadas daquela área, para que intensifiquem a sua participação na vida da Associação, através de uma participação mais assídua.

Recordemos que a delegação se situa na Rua Adriano Pinto Basto, n.º 96 - 98.

RELATÓRIO e Contas da

A Assembleia Geral realizada em 23 de Abril passado aprovou, conforme noticiado já neste jornal, o relatório de actividades e contas da Direcção relativos ao ano de 1976. A Assembleia aprovou com 160 votos a favor e 3 votos contra.

Transcreve-se a seguir o relatório e contas aprovados.

De acordo com as disposições legais e estatutárias submetemos a exame, apreciação e votação da Assembleia Geral o Relatório de Actividades, Balanço e Contas respeitantes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1976.

Durante o decorrer de 1976 verificaram-se sucessivas remodelações em todos os órgãos sociais por motivos que são de todos conhecidos e que tiveram como reflexo uma gestão sem continuidade e que provocou ao nível dos serviços executivos uma profunda desorganização, indefinição de objectivos e por vezes uma certa indisciplina no sector laboral.

A Direcção eleita no último trimestre e que se mantém em funções procurou, dentro dos condicionamentos que encontrou, dar cumprimento à missão que a última Assembleia Geral Extraordinária a incumbiu, ou seja de gerir pela forma mais eficiente os capitais que lhe eram confiados, sem esquecer as responsabilidades que isso implicava, nomeadamente a tomada de medidas impopulares indispensáveis para a prossecução dos objectivos superiores da A. D. F. A. com vista à aceleração do processo de reintegração dos deficientes.

A Direcção em funções ao submeter à apreciação o seu relatório do exercício fá-lo com objectividades e realismo, procurando assinalar os traços mais relevantes que mais caracterizaram o ano de 1976, na vida associativa.

A Assembleia Geral deste ano tem uma importância capital, pois segue-se à recentíssima aprovação por parte dos sócios do Projecto dos Novos Estatutos, os quais permitirão à Associação desempenhar com mais eficácia e de forma mais ajustada às necessidades reais dos DFA espalhados por todo o País.

A A. D. F. A. no seu quarto ano de existência sentiu a necessidade de rever e remodelar a sua organização, procurando, à luz da experiência adquirida e no quadro da realidade sócio-económica actual bastante diferentes aquando da sua formação, guiar-se por um Estatuto adaptado ao presente e com capacidade de resposta, às solicitações cada vez mais prementes dos associados e sem quebra das finalidades essenciais da Associação.

Que é, e que actividades tem desenvolvido a A. D. F. A.? (perguntarão alguns associados, talvez mais que aqueles que seriam de desejar, pois muitos tem andado arredados da vida associativa e o absentismo às Assembleias Gerais é bem prova disso).

A ADFA foi antes de mais uma Associação de tipo novo no novo panorama do associativismo português e por isso mesmo uma associação pioneira, pois no domínio da reintegração sócio-profissional dos deficientes não havia entre nós qualquer experiência válida e daí precisamente as dificuldades que existem para a pôr em funcionamento de imediato e com certa eficácia.

Muito embora ainda longe das metas que se pretendem atingir de verdadeira organização ao serviço exclusivo dos deficientes, verifica-se que em relação aos anos anteriores se tem conseguido progressos no sentido de orientar os esforços para os campos de actividades que venham em parte solucionar carências em necessidades básicas.

Assim no ano de 1976 as actividades da Sede desenvolveram-se nos seguintes domínios:

1. Assistência Médica e Medicamentosa — Apesar da Assistência

Médica aos DFA ser da competência dos estabelecimentos hospitalares do Estado, a Associação tem prestado Assistência Médica complementar através da Sociedade Clínica de Rossio e postos médicos próprios. Esta ajuda abrangeu também os milhares dos sócios que não têm outro organismo que lhes dê assistência. Um dos graves problemas com que a Associação se debate é com o tratamento e internamento de doentes mentais. Os contactos havidos com o H. M. P. tornaram possível o internamento e tratamento de alguns casos. Os gastos directos com a assistência sanitária repartiram-se pela manutenção do posto clínico da Sede, da Sociedade Clínica, gastos com internamentos e assistência medicamentosa e gastos com recuperação sanitária.

2. Assistência Escolar e Cultural — Funcionaram na Sede, Cursos de Instrução Primária, Ciclo Preparatório, Curso Geral dos Liceus e Cursos de Dactilografia. Os gastos partiram-se pela manutenção de cursos de formação, manutenção da Biblioteca e manutenção do Jornal

3. Assistência Social e Financeira — As modalidades de assistência financeira aos sócios, praticadas até este momento aos mesmos, tem sido por um lado a concessão de subsídios pecuniários apenas nos casos de mais flagrantes carências económicas dos sócios e familiares, depois de cuidados estudos de casos através do Fundo de Assistência Social, e por outro lado a concessão de empréstimos não onerados ou avales a empréstimos que os sócios, em situações críticas monetárias, tenham necessidade de efectuar através do Banco. Esta última modalidade, em virtude dos riscos que acarreta, a falta de garantias reais de reembolso, deixou de ser praticada.

Os gastos distribuíram-se pelas seguintes rubricas — subsídios diversos, subsídios para aquisição de vitórias, empréstimos a sócios e reintegração social.

4. Assistência Económica — Esta actividade, ainda em embrião, consiste num auxílio indirecto através da criação da cantina e facilidade comerciais aos sócios, que poderão utilizar os serviços prestados a baixo preço.

5. Formação Reintegração Profissional — Foi até este momento neste domínio, que a acção da Associação mais verba, tem gasto através da criação de postos de trabalho na Sede e Oficinas Protegidas, e delegações para os DFA que não puderam ainda ingressar nos quadros normais de trabalho ou por não serem compatíveis com as suas possibilidades ou por dificuldades de colocação, através da Procura e Oferta de Emprego.

Os gastos repartiram-se pela manutenção de todas as oficinas protegidas, e gastos com reabilitação profissional.

6. Actividades Desportivas e Recreativas — No ano de 1976 foram praticadas algumas modalidades desportivas, com resultados muito positivos e já se investiram verbas para ampliação dessas actividades desportivas, nomeadamente no campo da ginástica de recuperação, com

DEMONSTRAÇÃO

Custo das Existências vendidas e sumidas	
Gastos com o Pessoal	
Impostos e Taxas	
Serv. Forn. e Trabalhos de Terceiros	
Encargos Financeiros	
Outras Despesas Gerais	
Gastos em Sócios	
Doações para Amortizações	
» » Provisões	
» » Delegações e Org. dependentes	
Resultado Liq. do Exercício (Líquido)	
TOTAL	

Tiragem deste número: 7000 exemplares



RELATÓRIO DE A

e Contas da Direcção relati

BALA

A Assembleia Geral realizada em 23 de Abril passado aprovou, conforme noticiado já neste jornal, o relatório de actividades e contas da Direcção relativos ao ano de 1976. A Assembleia aprovou com 160 votos a favor e 3 votos contra.

Transcreve-se a seguir o relatório e contas aprovados.

De acordo com as disposições legais e estatutárias submetemos a exame, apreciação e votação da Assembleia Geral o Relatório de Actividades, Balanço e Contas respeitantes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1976.

Durante o decorrer de 1976 verificaram-se sucessivas remodelações em todos os órgãos sociais por motivos que são de todos conhecidos e que tiveram como reflexo uma gestão sem continuidade e que provocou ao nível dos serviços executivos uma profunda desorganização, indefinição de objectivos e por vezes uma certa indisciplina no sector laboral.

A Direcção eleita no último trimestre e que se mantém em funções procurou, dentro dos condicionamentos que encontrou, dar cumprimento à missão que a última Assembleia Geral Extraordinária a incumbiu, ou seja de gerir pela forma mais eficiente os capitais que lhe eram confiados, sem esquecer as responsabilidades que isso implicava, nomeadamente a tomada de medidas impositivas indispensáveis para a prossecução dos objectivos superiores da A. D. F. A. com vista à aceleração do processo de reintegração dos deficientes.

A Direcção em funções ao submeter à apreciação o seu relatório do exercício fá-lo com objectividades e realismo, procurando assinalar os traços mais relevantes que mais caracterizaram o ano de 1976, na vida associativa.

A Assembleia Geral deste ano tem uma importância capital, pois segue-se à recentíssima aprovação por parte dos sócios do Projecto dos Novos Estatutos, os quais permitirão à Associação desempenhar com mais eficácia e de forma mais ajustada às necessidades reais dos DFA espalhados por todo o País.

A A. D. F. A. no seu quarto ano de existência sentiu a necessidade de rever e remodelar a sua organização, procurando, à luz da experiência adquirida e no quadro da realidade sócio-económica actual bastante diferentes aquando da sua formação, guiar-se por um Estatuto adaptado ao presente e com capacidade de resposta, às solicitações cada vez mais prementes dos associados e sem quebra das finalidades essenciais da Associação.

Que é, e que actividades tem desenvolvido a A. D. F. A.? (perguntarão alguns associados, talvez mais que aqueles que seriam de desejar, pois muitos tem andado arredados da vida associativa e o absentismo às Assembleias Gerais é bem provado).

A A.D.F.A. foi antes de mais uma Associação de tipo novo no novo panorama do associativismo português e por isso mesmo uma associação pioneira, pois no domínio da reintegração sócio-profissional dos deficientes não havia entre nós qualquer experiência válida e daí precisamente as dificuldades que existem para a pôr em funcionamento de imediato e com certa eficácia.

Muito embora ainda longe das metas que se pretendem atingir de verdadeira organização ao serviço exclusivo dos deficientes verifica-se que em relação aos anos anteriores se tem conseguido progressos no sentido de orientar os esforços para os campos de actividades que venham em parte solucionar carências em necessidades básicas.

Assim no ano de 1976 as actividades da Sede desenvolveram-se nos seguintes domínios:

1. Assistência Médica e Medicamentosa — Apesar da Assistência

Médica aos DFAs ser da competência dos estabelecimentos hospitalares do Estado, a Associação tem prestado Assistência Médica complementar através da Sociedade Clínica do Rossio e postos médicos próprios. Esta ajuda abrangeu também os familiares dos sócios que não têm outro organismo que lhes dê assistência. Um dos graves problemas com que a Associação se debate é com o tratamento e internamento de doentes mentais. Os contactos havidos com o H. M. P. tornaram possível o internamento e tratamento de alguns casos. Os gastos directos com a assistência sanitária repartiram-se pela manutenção do posto clínico da Sede, da Sociedade Clínica, gastos com internamentos e assistência medicamentosa e gastos com recuperação sanitária.

2. Assistência Escolar e Cultural — Funcionaram na Sede, Cursos de Instrução Primária, Ciclo Preparatório, Curso Geral dos Liceus e Cursos de Dactilografia. Os gastos repartiram-se pela manutenção dos cursos de formação, manutenção da Biblioteca e manutenção do Jornal.

3. Assistência Social e Financeira — As modalidades de assistência financeira aos sócios, praticadas até este momento aos mesmos, tem sido por um lado a concessão de subsídios pecuniários apenas nos casos de mais flagrantes carências económicas dos sócios e familiares depois de cuidados estudos de casos através do Fundo de Assistência Social, e por outro lado a concessão de empréstimos não onerados ou avales a empréstimos que os sócios, em situações críticas monetárias, tenham necessidade de efectuar através do Banco. Esta última modalidade, em virtude dos riscos que acarreta, por falta de garantias reais de reembolso, deixou de ser praticada.

Os gastos distribuíram-se pelas seguintes rubricas — subsídios diversos, subsídios para aquisição de viaturas, empréstimos a sócios e reintegração social.

4. Assistência Económica — Esta actividade, ainda em embrião, consiste num auxílio indirecto através da criação da cantina e facilidades comerciais aos sócios, que poderão utilizar os serviços prestados a baixo preço.

5. Formação Reintegração Profissional — Foi até este momento, neste domínio, que a acção da Associação mais verba tem gasto através da criação de postos de trabalho na Sede e Oficinas Protegidas, e delegações para os DFAs que não puderam ainda ingressar nos quadros normais de trabalho ou por não ser compatível com as suas possibilidades ou por dificuldades de colocação, através da Procura e Oferta de Emprego.

Os gastos repartiram-se pela manutenção de todas as oficinas protegidas, e gastos com reabilitação profissional.

6. Actividades Desportivas e Recreativas — No ano de 1976 foram praticadas algumas modalidades desportivas, com resultados muito positivos e já se investiram verbas para ampliação dessas actividades desportivas, nomeadamente no campo da ginástica de recuperação, com

pra de equipamento desportivo e despesas na deslocação de grupos desportivos. Já em 1976 estabeleceram-se contactos com a Direcção-Geral de Desportos para deslocação de elementos da Associação para contactarem com os técnicos de outros países para o cumprimento mais perfeito do programa de desportos que a A.D.F.A. lançou.

Os gastos até agora efectuados repartiram-se pela Secção de Desportos e Secção Recreativa (Dinamização).

7. Procuradoria e Serviços de Atendimento da Sede — A ampliação das estruturas da A.D.F.A. e conhecimento das actividades da mesma, trouxe como consequência um aumento considerável de solicitações à Sede nas mais diversas espécies de necessidades sentidas, inclusivamente petições feitas a organismos oficiais e que os mesmos se vão habituando a canalizar para a Associação.

São prestadas através destes serviços, gratuitamente aos associados, as orientações e estudos dos casos individuais, relativamente assuntos do seu interesse e, entre outras tarefas, estes serviços procuram ajudar os sócios a encontrar dentro e fora da A.D.F.A. a solução mais adequada para os seus problemas, nomeadamente a instauração e revisão de processos, informação sobre a legislação aplicável aos DFAs, etc., etc.

Foram por estes serviços apresentadas várias propostas a quem de direito no sentido de melhor defenderem os legítimos direitos dos DFAs.

Os gastos de funcionamento destes serviços justifica-se plenamente e embora não contribuam directamente para a prestação de determinadas regalias, indirectamente incentivam e auxiliam a efectivação e melhoria das regalias existentes e futuras. Finalmente e no intuito de fornecer uma visão global dos gastos directos e indirectos com as actividades atrás mencionadas e embora não possamos repartir com grande rigor as despesas efectuadas, «grossamente» foram as seguintes:

Gastos com as actividades mais representativas em 1976 (a)

— Assistência Médica ...	150 000\$00
— Assistência Social e Financeira	400 000\$00
— Assistência Cultural e Recreativa Geral	190 000\$00
— Jornal «ELO»	1 400 000\$00
— Assistência Económica	1 400 000\$00
— Formação Profissional	2 750 000\$00
— Actividades Desportivas	290 000\$00
— Procuradoria	400 000\$00
— Serviços de Atendimento	400 000\$00
— Serviços de Inquéritos	766 000\$00

(a) Englobam despesas com pessoal, colaboradores, aquisições e outros gastos que concorreram directamente para a efectivação de determinado benefício, assim como uma taxa ou percentagem dos gastos indirectos com os serviços auxiliares (Órgãos Administrativos, Contabilidade e Tesouraria, Serviços de Pessoal, Dactilografia e Reprografia, Pessoal Menor, etc.).

Lisboa, 21 de Março de 1977

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

Custo das Existências vendidas e consumidas	1 421 078\$48
Gastos com o Pessoal	5 711 463\$60
Impostos e Taxas	16 736\$50
Serv. Forn. e Trabalhos de Terceiros	1 537 049\$95
Encargos Financeiros	2 191\$00
Outras Despesas Gerais	55 997\$10
Gastos em Sócios	458 096\$40
Doações para Amortizações	180 901\$60
» » Provisões	154 527\$00
» » Delegações e Org. Dependentes	5 145 472\$80
Resultado Liq. do Exercício (Lucro)	1 620 672\$19
TOTAL	16 304 186\$62

Vendas	1 843 061\$90
Serv. Forn. e Trabalhos a Terceiros	826\$00
Proveitos Acessórios	22 433\$50
Outros Proveitos	18 486\$40
Proveitos Financeiros	300 328\$10
Ganhos Excepcionais	13 769 681\$90
Ganhos Extraordinários	349 368\$82

TOTAL 16 304 186\$62

**Tiragem deste número:
7000 exemplares**

VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA

ÓRIO DE ACTIVIDADES

Direcção relativos ao ano de 1976

BALANÇO GERAL DA ADFA (SEDE) REFERENTE A 31/12/76

pra de equipamento desportivo e despesas na deslocação de grupos desportivos. Já em 1976 estabeleceram-se contactos com a Direcção-Geral de Desportos para deslocação de elementos da Associação para contactar com os técnicos de outros países para o cumprimento mais perfeito do programa de desportos que a ADFA lançou.

Os gastos até agora efectuados repartiram-se pela Secção de Desportos e Secção Recreativa (Dinamização).

7. Procuradoria e Serviços de Atendimento da Sede — A ampliação das estruturas da ADFA e conhecimento das actividades da mesma, trouxe como consequência um aumento considerável de solicitações à Sede nas mais diversas espécies de necessidades sentidas, inclusivamente petições feitas a organismos oficiais e que os mesmos se vão habituando a canalizar para a Associação.

São prestadas através destes serviços, gratuitamente aos associados, as orientações e estudos dos casos individuais, relativamente assuntos do seu interesse e, entre outras tarefas, estes serviços procuram ajudar os sócios a encontrar dentro e fora da ADFA a solução mais adequada para os seus problemas, nomeadamente a instauração e revisão de processos, informação sobre a legislação aplicável aos DFAs, etc., etc.

Foram por estes serviços apresentadas várias propostas a quem de direito no sentido de melhor defenderem os legítimos direitos dos DFAs.

Os gastos de funcionamento destes serviços justificam-se plenamente e embora não contribuam directamente para a prestação de determinadas regalias, indirectamente incentivam e auxiliam a efectivação e melhoria das regalias existentes e futuras. Finalmente e no intuito de fornecer uma visão global dos gastos directos e indirectos com as actividades atrás mencionadas e embora não possamos repartir com grande rigor as despesas efectuadas, «grosseiramente» foram as seguintes:

Gastos com as actividades mais representativas em 1976 (a)

— Assistência Médica ...	150 000\$00
— Assistência Social e Financeira	400 000\$00
— Assistência Cultural e Recreativa Geral	190 000\$00
— Jornal «ELO»	1 400 000\$00
— Assistência Económica	1 400 000\$00
— Formação Profissional	2 750 000\$00
— Actividades Desportivas	290 000\$00
— Procuradoria	400 000\$00
— Serviços de Atendimento	400 000\$00
— Serviços de Inquéritos	766 000\$00

(a) Englobam despesas com pessoal, colaboradores, aquisições e outros gastos que concorreram directamente para a efectivação de determinado benefício, assim como uma taxa ou percentagem dos gastos indirectos com os serviços auxiliares (Órgãos Administrativos, Contabilidade e Tesouraria, Serviços de Pessoal, Dactilografia e Reprografia, Pessoal Menor, etc.).

Lisboa, 21 de Março de 1977

	ACTIVO			PASSIVO	
	Activo bruto	Provisões e amortizações	Activo líquido		
DISPONIBILIDADES				DÉBITOS A CURTO PRAZO	
Caixa	158 961\$31		158 961\$31	Credores (Organismos Oficiais)	71 973\$80
Depósitos à Ordem	331 236\$33		331 236\$33	Fornecedores	321 955\$40
				Outros Débitos Diversos	402 953\$70
CRÉDITOS A CURTO PRAZO				Total do Passivo	796 882\$90
Depósitos a Prazo	1 700 000\$00		1 700 000\$00	Situação Líquida Activa	
Clientes	3 182\$80		3 182\$80		
Devedores	46 134\$90		46 134\$90	RESERVAS LIVRES	6 242 080\$45
Adiantamentos	91 812\$70		91 812\$70		
EXISTÊNCIAS				Resultados Líquidos do Exercício	1 620 672\$19
Mercadorias	685 356\$40	27 414\$30	657 942\$10	Total da Situação Líquida	7 862 752\$64
CRÉDITOS A MÉDIO E LONGO PRAZO					
Devedores Div. de Cobrança Duvidosa	2 112 326\$20	127 112\$70	1 985 213\$50	Total do Passivo e da Situação Líquida	8 659 635\$54
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS				CONTAS DE ORDEM	
Títulos do Tesouro	2 000 000\$00		2 000 000\$00	Avaes Prestados	34 519\$00
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Utensílios e Ferramentas	1 809 015\$80	180 901\$60	1 628 114\$20		
Depósitos e Cauções	721\$00		721\$00		
CUSTOS ANTECIPADOS					
Despesas Antecipadas	56 316\$70		56 316\$70		
Total de Provisões		154 527\$00			
» » Amortizações		180 901\$60			
» do Activo	8 995 064\$14	335 428\$60	8 659 635\$54		
CONTAS DE ORDEM					
Devedores por Avaes		34 519\$00			

TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/76

	ACTIVO			PASSIVO	
	Activo bruto	Provisões e amortizações	Activo líquido		
DISPONIBILIDADES				DÉBITOS A CURTO PRAZO	
Caixa	834\$60		834\$60	Fornecedores	189 878\$70
CRÉDITOS A CURTO PRAZO				Letras a pagar	48 000\$00
Clientes	679 081\$60	27 163\$20	651 918\$40	CAPITAL E PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	
EXISTÊNCIAS				Capital	619 944\$50
Matérias Primas	292 910\$30		292 910\$30	Prestações Suplementares dos anos anteriores	3 308 047\$20
Produtos acabados	384 814\$30	200 000\$00	184 814\$30	Correntes do exercício	1 009 031\$70
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				Total do Passivo	5 174 902\$10
Móveis e utensílios	37 828\$60	3 782\$90	34 045\$70		
Composição Máq. e Aces.	1 473 234\$60	73 661\$80	1 399 572\$80		
Encadernação Máq. e Aces.	645 249\$00	32 267\$50	613 081\$50		
Impressão Máq. e Aces.	1 522 910\$40	76 145\$50	1 446 764\$90		
Instalações	41 684\$20	366\$70	41 317\$50		
SITUAÇÃO LÍQUIDA PASSIVA					
Total de Provisões		227 163\$20			
Total de amortizações		186 224\$40			
Total do activa e situação Líquida Passiva	5 588 289\$70		5 174 902\$10		

DO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

1 421 078\$48	Vendas	1 843 061\$90
5 711 463\$60	Serv. Forn. e Trabalhos a Terceiros ...	826\$00
16 736\$50	Proveitos Acessórios	22 433\$50
1 537 049\$95	Outros Proveitos	18 486\$40
2 191\$00	Proveitos Financeiros	300 328\$10
55 997\$10	Ganhos Excepcionais	13 769 681\$90
458 096\$40	Ganhos Extraordinários	349 368\$82
180 901\$60		
154 527\$00		
5 145 472\$80		
1 620 672\$19		
16 304 186\$62	TOTAL	16 304 186\$62

CONTA DE RESULTADOS REFERENTES A 31/12/76

CUSTOS		PROVEITOS	
Existência Inicial	91 904\$00	Existência Final	
Compras de Matér. e Produtos Diversos	1 337 284\$50	Matérias Primas	292 910\$30
Ordenados e Salários	1 037 289\$00	Produtos acabados	384 814\$30
Encargos Sociais	259 324\$50		677 724\$60
Serviços de Terceiros	46 827\$30	Vendas	2 008 529\$60
Gastos Gerais	9 870\$40	Resultado Exploração ...	509 642\$10
Dotação p/Amortizações	186 224\$40		
Dotação p/Provisões	227 163\$20		
TOTAIS	3 195 896\$30		3 195 896\$30

Deficientes não abrangidos por quaisquer esquemas de Previdência podem beneficiar da Pensão Social

Os deficientes das Forças Armadas, assim como quaisquer outros deficientes de outras origens, podem habilitar-se à pensão social e inscrição na previdência social. Assim o determina um despacho do Secretário de Estado da Segurança Social publicado no Diário da República de 14 de Março de 1977.

Transcreve-se a seguir o despacho do Secretário de Estado da Segurança Social e indicam-se também alguns esclarecimentos necessários à compreensão do referido despacho.

Pelo Decreto-Lei n.º 217/74, de 27 de Maio, foi instituída a pensão social para todas as pessoas com mais de 65 anos de idade ou inválidas, inscritas no Instituto da Família e Acção Social e na Misericórdia da Lisboa para efeitos de concessão de subsídios de assistência e não abrangidas por quaisquer esquemas de previdência.

Esta pensão, concedida aos inscritos a partir de 1 de Julho de 1974, foi fixada nos montantes de 1000\$ ou 500\$, consoante os respectivos titulares residissem em meio urbano ou rural.

Atentos os imperativos do esforço colectivo a desenvolver no sentido de um irreversível processo de melhoria e dignificação das condições de existência de camadas da população economicamente mais desfavorecidas, o programa do Governo para o sector da segurança social estabelece, no conjunto dos seus objectivos, medidas tendentes à progressiva garantia de benefícios sociais sem fontes de recebimento. Impondo-se prosseguir no cumprimento atempado e pleno daquele programa e, no caso presente, ultrapassar o âmbito restritivo da atribuição da pensão social, generalizando-a em termos dos objectivos de justiça social acima referenciados:

Nestes termos, ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 217/74, de 27 de Maio, determino o seguinte:

1. Poderão habilitar-se à pensão social:

- a) As pessoas de idade superior a 65 anos que não exerçam actividade remunerada e que não se encontram abrangidas por quaisquer esquemas de previdência social, ou, estando inscritas, não satisfaçam os prazos de garantia estabelecidos nos respectivos regulamentos, desde que, em qualquer dos casos, os seus rendimentos não ultrapassem os 1250\$ mensais;
- b) Os inválidos com idade superior a 14 anos que não conferirem direito ao subsídio vitalício ou a outro de qualquer natureza, desde que satisfaçam as condições gerais estabelecidas na alínea anterior;
- c) Os idosos ou inválidos internados em lares assistenciais, desde que satisfaçam os critérios gerais definidos nas alíneas anteriores.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se que:

- a) Os menores inválidos a cargo dos pais só terão direito à pensão quando os rendimentos dos pais forem inferiores ao salário mínimo nacional;
- b) Tratando-se de casal, o cônjuge a cargo não poderá beneficiar da pensão social quando os respectivos rendimentos forem superiores a 50% do salário mínimo nacional definido para a generalidade da população.

3. Para habilitação à pensão social os interessados deverão remeter à Caixa Nacional de Pensões, até 30 de Abril do ano em curso, os seguintes documentos:

- a) Certidão de nascimento de narativa simples, que poderá ser substituída pela apresentação de uma fotocópia autenticada do bilhete de identidade, ou por este, quando a documentação for entregue directamente;

b) Atestado administrativo comprovativo da não existência de meios de subsistência superiores aos indicados;

c) Atestado médico comprovativo da invalidez total e permanente para os que se encontrarem nestas condições, sem prejuízo de junta médica de verificação a solicitar pela Caixa Nacional de Pensões, nos termos do respectivo regulamento.

4. As habilitações posteriores ao prazo fixado no número antecedente só poderão produzir efeitos a partir de Janeiro de 1978.

5. Este diploma entra imediatamente em vigor, ficando revogados os critérios estabelecidos para o efeito por despachos anteriores.

Secretaria da Segurança Social, 23 de Fevereiro de 1977. — O Secretário de Estado da Segurança Social, Vitor Manuel Gomes Vasques.

— A Caixa Nacional de Pensões fica situada na Av. da República, n.º 82-1.º — Lisboa.

— Quando o n.º 3 se refere até 30 de Abril, isto significa que quem requerer até esse prazo começará a usufruir das regalias a partir de Outubro/77, os que requerem depois começarão a usufruir das regalias a partir de Janeiro/78.

— Quando na alínea c) do n.º 3, se refere invalidez total e permanente, isto tem a significação de inapto para angariar meios de subsistência, cuja declaração deve ser passada por um médico, que declare estar incapaz de angariar meios de subsistência, e tem invalidez.

Para isto também serve uma fotocópia da decisão da Junta Médica Militar, devidamente autenticada.

— A Caixa Nacional de Pensões mandou imprimir modelos de requerimentos, que serão fornecidos aos interessados a fim de estes os preencherem.

— Tanto a sede da Associação como as delegações, estão aptas a fornecer todos os esclarecimentos sobre este assunto de que os associados necessitem, bem como a ajudar directamente caso por caso, na concretização deste direito a que os deficientes não abrangidos por qualquer esquema de previdência social possam a ter.

NUNCA É DE MAIS FALAR SOBRE AS GUERRAS COLONIAIS

Nunca é demais falar sobre as guerras coloniais e suas consequências. Salazar começou a guerra com toda a força e Catetano, como herança, deu continuidade à mesma. O povo português, se um referendo livre fosse feito sobre se Angola-Angolana ou Angola-Portuguesa a ele teriam respondido com toda a certeza: queremos Angola-Angolana. Mas os ditadores a soldo do capitalismo, que sabia bem a resposta ao referendo, a ele não se sujeitaram e amordaçados pela verme PIDE do capitalismo português e angolano (lá os colonialistas enriqueciam tão depressa como agora enriquecem cá os intermediários) tentaram sempre e sobretudo nas conversas em família, convencer os obscuros 80% da população portuguesa, que tínhamos, como os nossos antepassados, de defender a integridade de Portugal Pluricontinental e pluri-racial. Ainda me lembro bem que na escola primária, nos anos cinquenta, me ensinaram: Portugal fica situado a Nordeste da Europa e confina a Norte e Nascente com a vizinha Espanha, a Poente e Sul, com o Oceano Atlântico.

Pois nessa altura, Portugal ainda era possuidor das colónias espalhadas por todos os continentes. Os ditadores, com uma pobre artimanha, a partir dos anos 60, procuraram convencer o mundo que Portugal, como tinha sido sempre, era uma Pátria pluricontinental e pluri-racial que se estendia da Europa aos restantes continentes onde as colónias eram desde sempre mais umas províncias ultramarinas, iguais às de

Trás-os-Montes ou Algarve. O mundo riu-se e nós fomos abafados com a repressão. Caros leitores, isto foi uma farsa que o imperialismo estudou para que cerca de 1 500 000 jovens portugueses fossem forçados a sustentar uma guerra que não era sua. A partir daqui, as consequências foram desastrosas. 11 000 mortos que ainda são chorados pelos familiares; 30 000 deficientes escamoteados que continuam traumatizados pela guerra. Isto que acabo de dizer, é fácil prová-lo, mas vem a propósito de fazer compreender como se fazem contas e como a minha mulher disse a uma retornada que se sentia traumatizada com as independências: — Então minha senhora, quantos milhões de portugueses não ficaram traumatizados pela perda dos filhos e dos diminuídos físicos durante a guerra colonial?

As respostas que a minha mulher e eu demos, acrescento: Minha senhora, todos os que têm saudades da Guerra Colonial, se têm também filhos cegos, manetas, pernetas e tantas outras doenças, como por exemplo a que diminuiu as faculdades normais de cada um de nós?

Esta sociedade, como o ditador fazia, tenta ignorar-nos e não só esconder-nos dessa mesma sociedade, encerrando-nos em instituições por nós reavidos após o glorioso 25 de Abril DIA DE PORTUGAL, ou arranjando lares onde os deficientes sobrevivem com a ajuda duns e dos outros, outros abandonados no ignorante interior das províncias. Como vós sou um deficiente que na década de 70 foi lançado, ou melhor dito, encurralado na Guiné, onde nunca dei um tiro, mas tofri horrivelmente uma guerra injusta. Meus nervos ficaram descontrolados e em pouco tempo fui evacuado. Fui espezinhado, amachucado, ignorado pela sociedade que não quis o contributo do meu trabalho. Amigos, não se esqueçam que estas doenças neuróticas nos põem em estado de euforia, para, num repente, cair numa horrorosa crise depressiva, onde um indivíduo sofre mais do que Cristo. Pois amigas, acabo de sair duma dessas crises depressivas. Se for parar ao hospital, preciso do vosso carinho e da vossa ajuda e esperarei por vós com o coração aberto. Nunca esqueço tudo quanto proporciona a doença, o que me traz num sofrimento horrível quando caio em qualquer daquelas situações.

MANUEL JI GARCIA

INSCRIÇÃO DE DEFICIENTES NOS SERVIÇOS SOCIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Um dos direitos dos deficientes das Forças Armadas, consignados no Decreto-Lei n.º 43/76, consiste na possibilidade de se inscreverem nos Serviços Sociais das Forças Armadas, organismo que, entre outras regalias, faculta aos seus associados, assistência médica e medicamentosa.

Dado que ainda nunca o noticiámos neste jornal e a maioria dos associados talvez o desconheça, informamos que os deficientes não abrangidos pelo decreto-lei n.º 43/76, mas que recebem pensão de invalidez têm direito, de acordo com o decreto-lei n.º 293/74, à inscrição nos Serviços Sociais das Forças Armadas.

No próximo número de «Elo» vamos apresentar um trabalho exaustivo sobre os SSFA, apresentando as principais regalias que este organismo concede aos seus associados. Entretanto, tanto a Secretaria Central da Associação como as delegações, estão aptas a informar e apoiar os sócios quanto à sua inscrição, no SSFA.

«ANTI-APARTHEID»

(Continuação da 5.ª pág.)

das de defesa dos direitos do homem, tendo tais campanhas na prática sempre constituído verdadeiras coberturas para as agressões armadas contra os Estados Progressistas;

4. Considerando ainda o aparecimento nos Estados imperialistas de verdadeiros organismos de recrutamento de mercenários especialmente destinados à luta contra os Estados Progressistas e os Movimentos de Libertação Nacional em África;

A Conferência Mundial contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral;

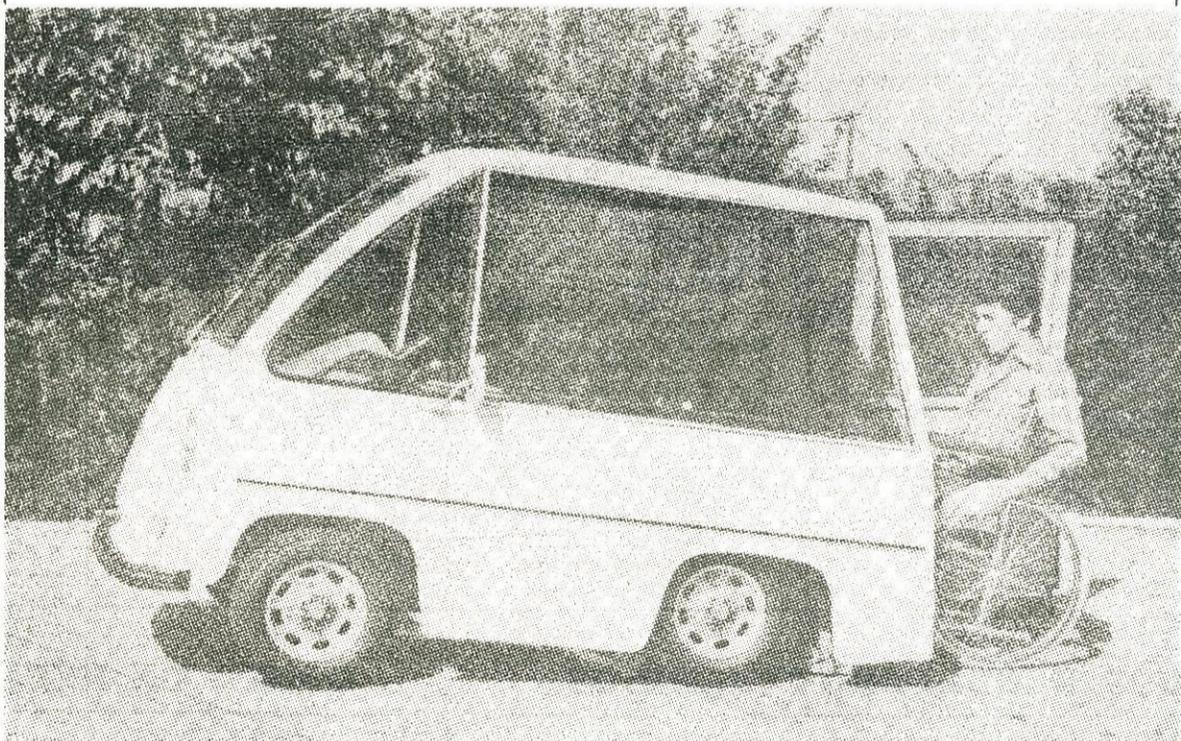
1. Considera que a existência e o necessário reforço dos Estados Progressistas é uma das condições fundamentais de êxito da luta de libertação nacional na África Austral;

2. Considera que os Estados da Linha da Frente, bem como outros Estados Africanos ameaçados pelo imperialismo, têm o direito e o dever sagrado de defender a sua soberania, as suas conquistas progressistas e de dar o seu apoio mais eficaz na luta de libertação na África Austral;

3. Condena energicamente a ofensiva global das potências imperialistas e dos seus satélites contra os bastiões livres do continente africano;

4. Lança um apelo a todas as forças progressistas do Mundo para que desenvolvam um vasto Movimento de Solidariedade para com os Estados Africanos que dão um apoio firme e total aos Movimentos de Libertação na África Austral contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo.

A TÉCNICA AO SERVIÇO DOS DEFICIENTES



Uma pequena revista francesa «Nouvelles de France», que nos foi enviada pela Embaixada de França em Portugal, no seu número de Fevereiro passado noticia a existência de um veículo eléctrico próprio para deficientes de cadeira de rodas.

O modelo de veículo, que se vê na gravura, e que é designado por «Handicar» foi concebido pelo construtor d'Ambert.

Trata-se de um veículo eléctrico que permite a um deficiente físico, sem abandonar a sua cadeira de rodas, instalar-se ao volante e deslocar-se com independência total.

Basta carregar num botão para que a retaguarda do veículo desça até ao nível do solo, permitindo assim ao deficiente penetrar no interior fazendo rolar a sua própria cadeira. Carrega num outro botão e o veículo sobe ao nível normal e as portas fecham-se. Um sistema de fixação automática prende a cadeira de rodas.

O «Handicar» pode transportar duas pessoas. O motor é eléctrico, de 96 volts e tem autonomia de 50 a 70 quilómetros, sendo recargável. Atinge a velocidade máxima de 50 quilómetros por hora.

Este veículo tem 2,42 metros de comprimento e 1,35 metros de largura.

PORTUGAL/HOJE

REFLEXÕES SOBRE A INFLAÇÃO

Hoje em dia é nota dominante de muitos milhões de pessoas — a inflação. Ela, a inflação, apresenta-se como um flagelo ao qual os membros das sociedades capitalistas não conseguem fugir.

Segundo as estatísticas divulgadas pelos meios oficiais, os países socialistas desconhecem esse «monstro ocidental».

Não nos propomos fazer um trabalho de tal maneira exaustivo que se torne «maçador». Mas não queremos ficar indiferentes ao «mal» que também nos atinge.

*

Segundo abalizados técnicos, no nosso País, até final do ano em curso a inflação atingirá os 50 por cento.

Os meios competentes nacionais mostram-se incapazes de conter o fluxo inflacionário que nos assola. Vários factores concorreram para que tal seja possível, um deles é o ritmo desenfreado do aumento do custo de vida, a fiscalização ineficaz e a política de preços livres.

MANTER O CONSUMIDOR AVISADO

Achamos que uma medida urgente, a tomar pelo Governo, é que se mantenha o consumidor constantemente informado dos preços em vigor e se dinamize conscientemente a população e fiscalização económica.

Os «preços políticos» mantidos para alguns produtos são, mais cedo ou mais tarde, alterados.

Chega-se ao ponto de se deixar apodrecer frutos nas árvores para se manterem os preços dos mesmos, quando há centenas, milhares de crianças, e não só, que não provam uma peça de fruta meses a fio.

Quantas e quantas vezes não temos passado por lugares de hortaliças e vemos os produtos hortícolas em estado de decomposição.

Não estamos em situação de deixar estragar seja o que for. Há que tomar medidas enérgicas para combater certo número de coisas, e há que apresentar ao Povo português exemplos que possam tirar qualquer argumento a quem esteja pouco interessado neste Portugal de hoje.

ELIMINAR O PARASITISMO

Outro factor importantíssimo, que concorre com uma grande quota-parte para o aumento inflacionário é a carência de um regime de fiscalização económica eficiente que ponha travão em certos vendedores nada escrupulosos que actuam quais sanguessugas.

Por esta e outras razões apontamos mais acima a urgente necessidade de se manter o consumidor convenientemente informado, para que deixe de ser presa fácil desses vampiros.

O Povo trabalhador, alarmado com o seu magro orçamento e a alta de custo de vida legalmente decretada, vê o seu dinheiro esfumar-se pelo acréscimo daqueles que, procurando o lucro fácil, não olham a meios para atingirem os seus hediondos propósitos.

Após o 25 de Abril, uma nova era se abriu para todos nós. Não cabem na sociedade que pretendemos essas aves de rapina que tão fortemente têm sido denunciadas.

COOPERATIVISMO

Com o aumento do movimento cooperativista algo, muito, mesmo, de positivo temos conseguido.

A eliminação do sistema de intermediários e outros parasitas têm-se conseguido nalguns sectores. Os efeitos são animadores e cremos que o Governo, interessado em banir de vez a exploração do homem pelo homem, não deixará de ter na devida conta o movimento cooperativista.

Mais uma vez, e para reforço das nossas palavras, salientamos a necessidade de andarmos devidamente informados dos preços em vigor para não sermos as vítimas passivas dum sistema corrupto, prolongamento do sistema anterior.

Portugal não é o local ideal para os parasitas e quejandos, que, infelizmente, ainda proliferam. Há que acabar de vez com a corrupção.

Cada consumidor deve ser, paralelamente, fiscal e evitar que o seu dinheiro se «evapore» mais depressa. Todos nós temos a obrigação de denunciar os escândalos que diariamente detectamos. Denunciando as aves de rapina que pairam sobre os nossos portamonedas estamos a defender a comunidade e a nós próprios. E os prevaricadores devem ser exemplarmente punidos para exemplo dos outros que, não sabendo viver, em Democracia, a fazem perigar constantemente.

Concerteza que a grande maioria, se não todos, dos nossos leitores já fez compras nas cooperativas. Fazendo uma comparação entre os preços do mesmo produto, encontra-se, sempre, alguma diferença.

E isto verifica-se porque o sistema de intermediários e do lucro fácil foi banido. Por tal motivo, afirmamos uma vez mais que se deve prestar a máxima atenção ao movimento cooperativista e fomentá-lo.

Travando o aumento extra dos produtos tabelados, trava-se simultaneamente o ritmo inflacionário. O poder de compra aumenta e consequentemente o bem-estar das massas trabalhadoras.

*

Como referimos na introdução, não pretendemos efectuar um trabalho exaustivo. Poderíamos apresentar números, mas esses números seriam ultrapassados muito rapidamente.

Tentamos lançar um alerta, cabe a cada um de nós discutir os problemas do nosso País. Por isso mesmo achamos que apresentamos tópicos essenciais para reflexão.

Cabe ao leitor dizer de sua justiça.

ARRANQUE DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE REABILITAÇÃO

AGUARDA-SE APROVAÇÃO DE DECRETO-LEI JÁ ELABORADO

Noticiámos no «Elo» N.º 45 — Fevereiro — em primeira página, que um grupo de trabalho nomeado pelo Primeiro-Ministro, do qual fizeram parte representantes de duas associações de deficientes, havia entregue ao chefe do Governo, no passado dia 2 de Fevereiro, as conclusões do seu trabalho.

Este grupo de trabalho, presidido pelo dr. Santa Clara Gomes e que ntegrava um delegado da ADFA e outro da Associação Portuguesa de Deficientes, foi constituído por despacho do Primeiro-Ministro, datado de 7 de Dezembro de 1976.

Este despacho incumbia o grupo de trabalho de «elaborar um projecto de revisão do Decreto-Lei N.º 425/76, em que sejam devidamente clarificados objectivos, atribuições e composição da Comissão Permanente de Reabilitação e propor as medidas necessárias à rápida constituição e início da actividade da Comissão Permanente de Reabilitação».

O grupo de trabalho lançou-se com entusiasmo na tarefa de que foi incumbido e, no espaço de um mês, elaborou um projecto de decreto-lei que apresentou ao Governo. Esse projecto resultou de reuniões muito intensivas e demoradas e teve o contributo directo das duas maiores e mais representativas associações de deficientes. Em função da realidade que é o nosso país e da situação dos deficientes, foram assim equacionadas as medidas base, constantes de um projecto de decreto-lei, mais realistas e oportunas para o lançamento de uma verdadeira política de reabilitação e integração social dos deficientes, aliás, medidas essas perfeitamente consentâneas com o capítulo do programa do governo sobre reabilitação de deficientes apresentado à Assembleia da República em 1976 e aprovado por esta.

O gabinete do Primeiro-Ministro, e ele próprio, pessoalmente, revelou todo o interesse pelo trabalho executado e foi mesmo estabelecido que o projecto em causa seria aprovado pelo Governo em curto espaço de tempo (um mês). Pretendia-se, assim, que o Secretariado Nacional de Reabilitação funcionasse em pleno já em 1977, tendo mesmo sido já contemplado com orçamento próprio (25 000 contos).

PARECERES DESFASADOS DA REALIDADE DOS DEFICIENTES

Os meses têm passado e o decreto em questão ainda não foi aprovado pelo Governo. Entretanto o projecto foi distribuído por vários ministérios e secretarias de estado para recolher pareceres. Dado que alguns desses pareceres eram discordantes de alguns pontos do projecto

e do projecto em si, alguns), o secretário de estado adjunto do Primeiro-Ministro encarregou o grupo de trabalho de, em função dos pareceres dos vários ministérios e secretarias de estado, reanalisar o projecto inicial e introduzir-lhe eventuais alterações, o que veio a suceder com algumas alterações, de facto, mas apenas formais e de pormenor e não de fundo como pretendiam alguns departamentos governamentais.

O projecto de decreto-lei elaborado e que centenas de milhares de deficientes aguardam que seja aprovado, assenta nos princípios constitucionais sobre reabilitação de deficientes e no programa do Governo. O que alguns departamentos governamentais sugeriram (para alteração) viola frontalmente o programa do Governo e, por conseguinte, por uma questão de coerência, não só do grupo de trabalho como do próprio Governo, para além das exigências da situação dos deficientes, não pode ser respeitado — isto o mínimo que se pode dizer.

Abstemo-nos, de facto de fazer os comentários oportunos sobre os pareceres de alguns dos departamentos e seus responsáveis que integram o próprio governo — absolutamente — contraditórios e violadores do programa desse mesmo governo — porque o que nós, ADFA, pretendemos, como representantes de milhares de deficientes, é que, de facto, as medidas necessárias acabem por ser tomadas, que é esse o nosso objectivo. Quanto aos entraves e vicissitudes que vão surgindo pelo caminho, isso também se pode considerar normal e compreensível. Mas apenas até um certo ponto. Porque, quando ultrapassados certos limites, para além de se tornar incompreensível, ficamos apreensivos e começamos a pensar que algo vai mal, mesmo muito mal. E o facto de departamentos governamentais e responsáveis por esses departamentos terem esquecido (ou ignorarem) o programa do Governo Constitucional que a Assembleia da República aprovou no Verão de 1976 não augura nada de bom.

Não podemos deixar de assinalar aqui a posição do Ministério da Defesa Nacional acerca do projecto de decreto-lei, uma posição que entronca nos reais interesses e anseios dos deficientes, não só das Forças Armadas como deficientes em geral, com uma compreensão clara da sua situação e necessidades.

Depois de introduzidas algumas alterações de pormenor, o projecto de decreto-lei foi já entregue ao governo, esperando-se que venha a ser aprovado o mais rapidamente possível. As associações empenhadas neste trabalho (ADFA e APD) aguardam com optimismo, não obstante as vicissitudes e contrariedades apontadas, o desencadear de um processo eficaz de reabilitação e integração social, tão necessário e justo como urgente.

ASCENÇÃO E QUEDA DO MFA

— LIVRO A PUBLICAR EM BREVE PELO CAPITÃO DINIZ DE ALMEIDA

O autor do livro «Origens e Evolução do Movimento de Capitães», capitão Diniz de Almeida, livro a que fizemos referência no número 46 do «Elo», vai publicar, em breve, prevê-se que seja em Outubro, mais um livro, este com o título de «As censuras e queda do MFA».

Transcrevemos, com a devida autorização do autor, uma passagem do livro de Diniz de Almeida a publicar.

Esta passagem aborda aspectos da problemática dos deficientes das Forças Armadas. Aliás, como já tivemos oportunidade de referir neste jornal, o seu primeiro livro também faz referência aos deficientes das F. A. e à A. D. F. A.

Absurdos da guerra colonial (páginas esquecidas)

Maltratados pelas minhas mãos inconscientes de criança, já não faltava a alguns dos meus soldadinhos de chumbo a estrofia que caracterizou o do célebre conto de Andersen.

Excitante com as vitórias frequentes obtidas através da batota feita ao acaso das minhas conveniências, colhia sem risco, os louros imaginários do heroísmo forçado das pequeninas figuras a quem exigia despoticamente combaterem até ao último, por razões que só eu conhecia.

Como as minhas exigências militares aumentassem e o dinheiro fosse pouco, substituí-os por soldadinhos de papel colados atrás a uma cartolina branca que lhes supria a fragilidade de convicções.

Queimava-os em guerras fraticidas; e quando sobreviviam com as cabeças chamuscadas dos membros consumidos pelo fogo, escondia-os cuidadosamente dos outros numa velha caixa de papelão onde nunca mais viam luz do dia, até que uma criada mais diligente os descobria e jogava ao lixo.

Mozambique 1972

— A sua dispensa, meu capitão! — interrompeu o sentinela do hospital militar de Nampula. Surpreso gesticulei grotescamente

com ambos os braços engessados, a falta de tão estranho documento.

— Meu capitão, sabe... o nosso director não deixa sair ninguém... seja quem for — desculpu-se o sentinela.

Retocedi até ao oficial médico de dia. O compadrio fácil entre oficiais não me dificultou a necessária rubrica, não sem que contido contestasse elitista e gastado a demora.

— Então agora os oficiais em tratamento precisam de dispensa... se fosse do pavilhão das infecto contagiosas, compreendia-se...

— sempre precisaram — voltou o outro tranquilo.

— se isto continuar assim peço transferência para Lourenço Marques — ameacei.

— Olha que lá é pior — advertiu amigavelmente para perante a minha perplexidade continuar: — então tu querias que os «aleijadinhos» andassem por aí a caibir os cotos?... Isso chocava a população civil que julga que isto cá no Norte é um mar de rosas — terminou trocista.

COMPUTADORES CONTROLAM TRABALHADORES

As exigências patronais são cada vez maiores em todo o mundo. Com o evoluir da técnica, os métodos de controlo vão sendo cada vez mais refinados. O objectivo de colocar a técnica mais avançada na vigia dos trabalhadores foi recentemente denunciada no boletim «Informações», órgão da Organização Internacional do Trabalho (O. I. T.).

Segundo aquele boletim, publicado em Genebra, «trabalhadores britânicos e americanos foram avisados pelos respectivos sindicatos da utilização de detectores de mentiras, entre outras coisas, para controlos de aptidões, antes da admissão dos empregados e para controlos periódicos de segurança e vigilância contra estes últimos.

Afirma ainda aquele boletim da O. I. T.: «é de temer que os resultados alcançados com o auxílio dos referidos computadores possam carecer de objectividade, bem como serem mal utilizados».

O caso mais flagrante denunciado pela O. I. T. refere-se a uma companhia de seguros francesa, que chegou ao cúmulo de instalar um sistema de vigilância automático, que permitia registar todos os passos dados pelos trabalhadores durante o dia. Para conseguir tal objectivo, a companhia instalou um sistema de cartões identificadores, «lidos» por sistemas «leitores» instalados nas portas do edifício onde a empresa se encontra a funcionar, portas essas que apenas se abriam quando os cartões de identificação dos trabalhadores eram introduzidos nos referidos «leitores».

Com os cartões servindo de «chave» das 70 portas da sede da empresa e os respectivos «leitores» ligados a um computador, a companhia ficava a saber até quantas vezes iam os funcionários à casa de banho.

Ainda segundo nós informa o boletim da O. I. T., os empregados daquela companhia de seguros conseguiram opor-se com êxito à administração, sendo desmontado o «requintado» sistema de vigilância.

O fosso que separa empregados e patrões, será cada vez maior, com a instalação de «espíões electrónicos» que vigiam minuto a minuto os passos que os trabalhadores dão.

Tendo ao seu serviço computadores cada vez mais sofisticados, que podem armazenar um elevado número de dados, estes poderão ainda ser utilizados para fins estranhos à empresa. A vida privada deixaria de existir, pois nada ficaria sem registo.

É aliás significativa a maneiada como a O. I. T. finaliza o relatório a que temos vindo a fazer referência. — «No fim de contas, a imagem-ficção de um «grande irmão» vigiando todos e cada um, desde o berço até ao túmulo, parece mais próximo da realidade».

CHILE - morte e tortura

Foi publicada recentemente, pela Comissão Internacional Investigadora dos Crimes da Junta Militar do Chile, uma brochura onde são denunciados os hediondos crimes praticados pela camarilha fascista, encabeçada por Pinochet.

As torturas, os desaparecimentos, as mortes que assolam o Chile desde o criminoso golpe reaccionário de 11 de Setembro de 1973.

Achamos que o testemunho de Fidélia Herrera, militante socialista e vítima da bárbara repressão que se abate sobre o seu país, é um alerta a todas as forças democráticas. Por isso dispensamo-nos de mais comentários.

FIDÉLIA HERRERA DEPÕE

Chamo-me Fidélia Herrera e sou militante do Partido Socialista. Ingressei na Juventude Socialista em 1936, desde a data da minha prisão e até hoje sou membro do Comité Central. Fui detida em 15 de Fevereiro de 1975 na rua e sem testemunhas. Dois sujeitos acercaram-se de mim e ordenaram-me que me identificasse. Pedi-lhes primeiro que se identificassem eles. Mostraram-me um documento como da DINA. Meteram-me numa camioneta. Puseram-me uma venda nos olhos e um par de lentes escuras. Conduziram-me a um lugar desconhecido, mas pela distância pude dar-me conta que me encontrava nos arredores de Santiago. Tiraram-me da camioneta e puseram-me num pátio descoberto onde estive várias horas.

Durante dois dias aplicaram-me corrente eléctrica, sentada. Depois fui conduzida a um quarto, nua e colocada numa cama de aço. Colocaram-me na posição em que se opera uma pessoa, com as pernas e os braços amarrados, uma toalha húmida colocada sobre o estômago e eléctrodos nas partes mais sensíveis, com a boca tapada para evitar que se ouvissem os gritos e começaram a aplicar-me corrente eléctrica. Foi tal a força dessa corrente eléctrica que, apesar de estar deitada e presa, o corpo se arqueava. Por isso, muitas pessoas sofrem depois problemas com a coluna. Por duas vezes me aplicaram este tratamento. Na última vez tive um princípio de perda de conhecimento, fui retirada e conduzida a outro lugar onde havia camas e duas outras mulheres. Encarregaram-nas de não me deixar beber água porque, com o corpo carregado de tanta corrente, corre-se o risco de, ao beber água, se electrocutar.

Entre as pessoas que ali estavam, uma era a minha filha. Ela tratou de mim durante uns dias mas depois, foi tirada daquele lugar e não voltei a vê-la. Isolaram-me.

Um dia foram-me buscar novamente e fui conduzida por vários homens a um lugar de Vila Grimaldi, onde eles faziam as torturas e onde uma pessoa nos esperava. Em determinado momento senti que a pessoa que estava à minha frente me começava a bater. Deu-me um golpe tão forte que perdi totalmente o conhecimento. Assim que recuperei, essa pessoa tirou-me a venda, agarrou-me pelos cabelos e levantando-me a cabeça para que a olhasse, disse-me: «sou eu que te vou matar». Essa pessoa era o capitão Silvio, que suponho que era um nome falso. Posteriormente e em conversa com outras pessoas socialistas, chegámos à conclusão que era a pessoa que tinha a seu cargo as operações de reconhecimento dos militantes socialistas.

Consegui posteriormente saber o verdadeiro nome deste sujeito. É o capitão do Exército Herman Barrila Munoz.

Quero também assinalar, e isso parece-me que é o mais importante, que durante o tempo que permaneci na Vila Grimaldi e estive lá durante dois meses, tive oportunidade de ver o companheiro Alfredo Rojas Castenedo, engenheiro, director dos caminhos-de-ferro no Governo de Unidale Popular. Vi-o nos primeiros dias de Março, e como eu estava num estado de saúde muito mau, eles preocupavam-se menos com o que eu podia fazer. Uma manhã, às seis horas, fui levada para o banho e, numa fila de homens que esperava a sua vez para entrar, reconheci o companheiro Alfredo Rojas. Nós continuávamos vendados, mas, nessa altura, já não tinha a venda negra, mas sim um panito de seda que eu tinha e de cor clara, que me permitiu então, porque nós, todos os detidos, fazíamos todos os possíveis por tentar ver ao máximo, a ver se adivinhávamos onde estávamos e as

pessoas que poderiam estar do nosso lado. Como digo, vi o companheiro Rojas e reparei que ele também me reconheceu. Tive a comprovação desta certeza no dia seguinte, porque escutei a voz do companheiro Rojas que falava com um guarda e lhe perguntava se era possível que alguma das mulheres detidas lhe lavasse a roupa porque, no lugar em que estava, isso não era possível. Então, ele veio com o guarda até à porta do quarto em que eu estava e bateu. Abri e como estava sem a venda pude vê-lo perfeitamente. Entregou-me uma roupa que retirou no dia seguinte. Naturalmente que isso foi um recurso que ele usou e eu não tenho dúvidas nenhuma da sua presença ali.

O companheiro Rojas está dado como desaparecido. Quando eu podia falar livremente, quero dizer, nos Três Alamos, um dia, a mãe dele veio falar comigo. Só nessa altura é que soube do desaparecimento do Alfredo. Alfredo Rojas é filho único. A sua mãe fez no Chile o que qualquer mãe faria nessa situação. Utilizou todos os recursos para dar com o paradeiro do seu filho. Perguntou-me se era possível, apesar de compreender o risco que isso significava, estando eu detida, entregar nos tribunais o meu nome com testemunha de ter visto o seu filho. Não duvidei nem um instante e dei-lhe o meu consentimento. Nestas circunstâncias fui citada para declarar no 8.º Juízo Criminal em Santiago do Chile e ali consta a minha declaração, no sentido de ter visto na Vila Grimaldi, na data que indiquei o companheiro Alfredo Rojas.

Também durante esse mesmo período vi o companheiro Ariel Mansilla, dirigente nacional da Juventude Socialista, estudante universitário. O companheiro encontrava-se em muito mau estado. Também um dia em que fui sacada às seis da manhã havia uma pessoa que estava apoiada nos braços de dois companheiros. Estava inclinada sobre um lavatório, tentando lavar as mãos. Tinha a cabeça vendada como quando se está ferido. Tinha um pé despedaçado. Ordenaram aos companheiros que o sustinham que se retirassem. Ao tentar sair dali, essa pessoa levantou a cabeça. Estava sem venda nos olhos e ficámos a olhar um para o outro. Era o companheiro Ariel Mansilla... O companheiro Ariel Mansilla também está dado como desaparecido.

Também tive oportunidade de estar com uma companheira que ali conheci com o seu nome de guerra, Nana. Era militante do MIR. Depois de ter permanecido mais ou menos uma semana comigo, tiraram-na dali e nesse momento pôde dizer-me que temia que a levassem para o sul do Chile, precisamente para Osorno, onde tinham um processo pendente contra ela. Essa companheira chamava-se Carmen Diaz de Carrere e também figura na lista dos desaparecidos.

Estes são os testemunhos que posso entregar da minha permanência em Vila Grimaldi. Quero também, finalmente, abordar algo sobre o poder judicial. Durante os vinte meses que estive detida em Três Alamos. Em duas oportunidades integrei o Conselho de Anciãos que era a organização que internamente tínhamos para as relações com a autoridade e com os estrangeiros. Representávamos as companheiras detidas no campo. Nesta situação tive oportunidade de falar por duas ou três vezes com o presidente da Corte Suprema José Maria Eyzaguirre. Numa dessas visitas que ele fazia formalmente nos campos dos detidos, as presas formulavam-lhe observações sobre os desaparecidos. O senhor Eyzaguirre começou por negar o facto de haver desaparecidos no Chile. Dizíamos-lhe que sabíamos perfeitamente que essas pessoas haviam saído do Chile com uma identificação falsa. Portanto, que todos os chamados desaparecidos eram pessoas que se encontravam no estrangeiro. Dissemos-lhe que queríamos falar com ele e num ambiente de seriedade e respeito e que tínhamos sérias denúncias a fazer-lhe, posto que cada uma das mulheres detidas era testemunha de ter visto ou estado com pessoas que figuravam nas listas de desaparecidos. Finalmente escutou-nos e propôs-nos que lhe enviássemos uma denúncia por escrito com os nossos nomes e os nomes das pessoas que cada uma de nós tinha visto.

Inclusivamente sugeriu-nos que poderíamos fazer chegar esta denúncia através dos nossos familiares. Em princípio estávamos de acordo, mas exigimos que ele nos desse a garantia de que as pessoas que iam ser testemunhas, não passassem posteriormente para a lista dos desaparecidos. Em face desta petição, a sua resposta foi muito clara e categórica. Afirmou-nos que não poderia garantir nada, porque a situação dos detidos pela lei do estado de sítio, não dependia dele, mas do Ministério do Interior. Equivale o dizer da DINA. Também esta situação foi apresentada ao Ministro da Justiça Miguel Schweitzer e não obtivemos nenhuma resposta. Negou-se a escutar-nos. Por isso mesmo sustentamos que o poder judicial, especialmente a Corte Suprema, é cúmplice de todos os crimes que se cometeram e que se continuam a cometer. Eis o que tenho a declarar.

A CULTURA QUE NÓS TEMOS

Já era tempo de se fazer um levantamento cultural no nosso país. A priori, o índice de cultura do nosso povo será um dos mais baixos da Europa. Esta é mais uma mazela dos 48 anos que o Portugal renovado terá forçosamente que sarar.

Em boa hora o Governo decidiu atacar o problema, levando a efeito um inquérito a fim de suprimir carências existentes.

Por ser de interesse para todos os nossos leitores, aqui transcrevemos na íntegra o comunicado imanado pelo Gabinete de Imprensa da Fundação Calouste Gulbenkian.

O LEVANTAMENTO CULTURAL DO PAÍS — QUEREMOS SABER A CULTURA QUE TEMOS

Conforme a Imprensa largamente noticiou, o secretário de Estado da

Administração Regional e Local convocou os governadores civis dos Distritos para uma reunião, que se realizou no passado dia 14 nas instalações da Fundação Gulbenkian, instituição promotora do Levantamento Cultural do País, com a colaboração da Secretaria de Estado da Cultura.

O objectivo daquela reunião foi o de prestar informações sobre o Levantamento Cultural do País a todos os órgãos de comunicação social, sobre o Inquérito I, agora lançado.

Os governadores civis de regresso às suas cidades, iniciaram reuniões com as Câmaras Municipais dos respectivos distritos, com o propósito de obter, com a maior rapidez possíveis, esse preenchimento dos boletins.

O objectivo imediato do Levantamento cultural do País é procurar informações sobre os agentes e equipamentos culturais existentes em todas as povoações do País, isto é, quais as instituições, organizações e pessoas que se dedicam à cultura e em que locais se podem realizar manifestações culturais,

procurando-se saber se na aldeia tal existe uma banda de música, um grupo de teatro, ou uma produção de cerâmica; se na mesma aldeia há um coreto, um salão paroquial (que pode servir para o grupo teatral actuar, mas onde se podem realizar também sessões de cinema, exposições, conferências, etc.).

O levantamento cultural do País, posteriormente, por diversos meios inclusivamente inquéritos especializados, abrangendo bandas de música, grupos de teatro amador, oficinas de olaria e de cerâmica, etc., colherá elementos pormenorizados quanto aos locais onde se podem realizar manifestações culturais (por exemplo: quais as dimensões do salão da sociedade recreativa, se tem palco, qual o equipamento de que dispõe, se tem máquina de projecção de filmes, suas características, número de sócios da associação, que actividades gostaria de desenvolver e quais as carências que possui, etc.).

Todos os informes obtidos serão devidamente ordenados e classificados e só então o levantamento cul-

tural do País estará apto a fornecer os dados que terminem a «paisagem» cultural do País, e a elaborar estudos específicos, a programar acções culturais, etc., estabelecendo-se depois um sistema de actualização dessas informações.

Para o melhor êxito deste amplo projecto, torna-se indispensável que as populações sejam motivadas e estimuladas para apoiar a iniciativa da Fundação Gulbenkian, apoio que conta também com os órgãos regionais do Governo, das Autarquias Locais, Instituições Culturais, Associações, Casas do Povo e dos Pes-

cadores, comissões com objectivos culturais, etc.

Toda a correspondência deverá ser dirigida a: Levantamento Cultural do País, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1.

A imprensa regionalista se dirige igualmente um apelo no sentido de noticiar as iniciativas e actividades culturais da região. As suas informações não deixarão de ser captadas pelos serviços do Levantamento Cultural, através dos números das edições em que sejam inseridas e forem depois enviadas àqueles serviços.

APARTHEID

— crime contra a humanidade

Os únicos baluartes da segregação racial — Rodésia e África do Sul — agonizam perante as lutas de libertação levadas a cabo pelos nacionalistas daquelas duas ex-colónias britânicas.

A luta armada pela libertação total, os protestos da opinião pública e a condenação formal por parte das Nações Unidas, isolam o agonizante sistema racista daquela parte de África.

AFRONTA À DIGNIDADE HUMANA

— O «Apartheid», como a escravatura, tem de ser eliminado porque é um crime contra a humanidade.

— O «Apartheid» tem de ser eliminado porque é uma afronta à dignidade humana e uma grave ameaça para a paz e a segurança internacionais.

— O «Apartheid» tem de ser eliminado para que o continente africano se possa finalmente emancipar depois de todos os sofrimentos e tragédias a que tem sido submetido desde há séculos e possa desempenhar o seu papel de direito nos assuntos internacionais.

— O «Apartheid» tem de ser eliminado porque o seu fim é indispensável para a destruição do racismo e o estabelecimento das bases de uma genuína cooperação internacional.

Estas foram algumas das resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O regime de «Apartheid» tomou conta do poder em 1948. Desde essa data que os crimes e as torturas são incontáveis.

O povo negro que constitui a esmagadora maioria da população tem sido constantemente humilhado e massacrado. As manifestações pacíficas dos negros responde a polícia racista com balas. Milhões de africanos têm conhecido a tortura e o exílio. Milhões de africanos são forçados a sair de suas casas para áreas reservadas.

A luta que os movimentos nacionalistas encetaram pela libertação dos seus povos merece o aplauso e ajuda de todos quantos, amantes da paz, desejam ver banida a exploração.

O DIA A DIA

Para uma melhor compreensão das arbitrariedades cometidas pelo governo ilegal sul-africano a seguir transcrevemos al-

Em 9 de Novembro de 1976 a 31.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas condenou veementemente os regimes racistas da África do Sul e Rodésia e aprovou um programa de Acção contra o Apartheid, dirigido a todos os Governos, organizações e indivíduos.

O isolamento de Ian Smith e J. Vorster é cada vez maior, como cada vez é maior o êxodo de brancos que abandonam aquelas paragens.

gumas declarações que vigoram naquele país.

Elas são o retrato fiel do regime desumano que tem nas mãos o destino de milhões de seres.

«Um homem casado ou solteiro que seja «na aparência, obviamente», um branco ou «comumente aceite e reputado» como tal e que pretenda ter relações sexuais com uma mulher que não seja, «obviamente, na aparência» uma pessoa branca, nem «comumente aceite e reputada» como tal, é culpado de um delito criminal punível através de pena de prisão com trabalhos forçados durante um período mínimo de sete anos, a menos que ele possa provar — para satisfação do tribunal, que tinha motivos razoáveis para acreditar, quando cometeu a alegada infração — que ela era branca.»

No campo sexual como em qualquer outro, a repressão abate-se contra aqueles que não acatarem as leis racistas.

Nas cidades, nas aldeias, a separação racial é efectivamente, uma vergonha. Assim existem lojas só para brancos ou só para negros, cinemas, até bancos das avenidas.

«Se um negro se sentar num banco de praça pública que haja sido reservado para uso exclusivo de pessoas brancas, comete um delito criminal punível através de multa mínima de 600 rands ou detenção por três anos, ou punição física de dez chibatadas.»

Estas declarações que valem como lei ultrapassam as fronteiras do razoável. Parece, a qualquer pessoa deficientemente informada, ser impossível que na era em que vivemos haja países que tenham semelhantes leis.

Muitas poderíamos transcrever, mas cremos que as já trans-

critas são suficientemente elucidativas.

O TERROR

Muitos são os observadores que prevêem o fim próximo dos governos terroristas de África. Apesar de agonizantes e das resoluções das Nações Unidas, muitos «furos» tem tido o bloqueio decretado por aquela Organização.

É graças a esses «furos» que o terror ainda domina os legítimos cidadãos da África do Sul e da Rodésia.

Nenhum africano pode livremente circular pelo país ou estrangeiro sem autorização especial. Um africano que viva e trabalhe numa cidade há mais de cinquenta anos, não poderá receber a visita de qualquer parente ou amigo doutra cidade por um espaço superior a 72 horas.

As escolas, os hospitais, os parques são separados. Ao povo negro, legítimo, tudo é negado; inclusive fazer parte de um júri no tribunal, mesmo que o acusado seja outro africano.

A LIBERTAÇÃO

Com a independência das ex-colónias portuguesas e a revolta das populações africanas, o domínio branco na África negra está condenado ao malogro.

Os efeitos da guerrilha dos movimentos nacionalistas, não são divulgados, embora na Rodésia todos os brancos com idade inferior a 45 anos sejam mobilizados.

Sabe-se que os hospitais estão cheios e em muitas estradas, para se poder circular, é necessário levar escolta militar.

A população branca, que durante anos pôs e dispôs dos destinos dos africanos, vê os seus privilégios diminuir. Apesar da mobilização e dos esforços desesperados, a acção da guerrilha é cada vez mais notória!

Atitudes demagógicas de quem vive os últimos dias no trono

dourado têm sido levadas a efeito, numa tentativa de mostrar ao mundo a «humanização» decidida. O governo de Vorster admitiu recentemente elementos negros no exército e na polícia, bem como a constituição de uma equipa de futebol mista.

Mas já de nada valerão tais atitudes.

É tarde de mais e as humilhações enormes. O racismo está condenado pela humanidade e pela história.

Todos os «balões de oxigénio» serão inúteis. Aldeias inteiras desertam para engrossarem as fileiras da guerrilha.

Em todos os sectores se resente o efeito da luta de libertação. Menos lucros e bens mais caros.

Como atrás dissemos, o êxodo branco é cada vez maior, embora o governo tente a todo o custo reter os que se vão embora. Quantos mais brancos abandonarem o país, menos são as armas que disparam contra os africanos que querem, e têm direito, a serem livres.

Noutro local do nosso jornal apresentamos as conclusões da «Conferência Mundial Contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral» que se celebrou em Lisboa entre os dias 16 a 19 do corrente mês.

É de suma importância tal conferência e muito significativo o local — Lisboa, Lisboa outrora capital de um vasto império colonial é agora a capital do mais elementar direito dos homens — a Liberdade.



DELEGAÇÃO DA ADFA EM ÉVORA PROMOVE ACTIVIDADES DESPORTIVAS

A delegação da ADFA em Évora tem, nos últimos tempos, voltado a sua atenção para o desporto. Para o efeito constituiu-se nesta delegação uma Comissão Desportiva que coordena as várias actividades.

Assim, no dia 11 de Junho realizou-se um torneio de Tiro ao Alvo, no qual participaram 50 concorrentes. Nem todos os participantes eram deficientes, pois o torneio foi aberto a pessoas não sócias da Associação.

Foram atribuídas 3 taças aos primeiros classificados, medalhas do 4.º ao 10.º lugar e outros prémios até ao 20.º lugar.

Na classificação para deficientes foram atribuídas 3 taças e 5 medalhas, com prémios até ao 9.º classificado.

Este torneio, além de proporcionar confraternização entre os sócios, visou também angariar fundos para o arranque dum mini-ginásio de recuperação nas instalações da delegação.

Ainda no âmbito das actividades desportivas e de confraternização programadas pela delegação de Évora, realiza-se no dia 3 de Julho um almoço piscatório na barragem do Barrocal, a cerca de 12 quilómetros de Évora. Esta iniciativa integra-se nas festas da cidade de Évora, Feira de S. João e S. Pedro e tem o apoio da Câmara Municipal.

Pensa-se que este almoço piscatório vai ser um dos maiores realizados na zona. Conta-se com a presença de cerca de 300 concorrentes.

A prova tem início às 8 horas do dia 3 de Julho e termina às 13 h, podendo os concorrentes inscrever-se até às 23 horas do dia 1. Para efeitos de classificação os concorrentes não poderão apresentar peixes com medida inferior ao que determina a lei.

A distribuição dos prémios far-se-á na sede da delegação da ADFA às 21,30 horas do dia 3. Além de várias taças, algumas oferecidas por entidades civis e militares da região, existem outros prémios, entre os quais três assinaturas do «Elo».

REFORMADOS PARA QUANDO A JUSTIÇA?

Não pode um Estado proclamar-se democrático quando marginaliza um sector da população.

Até hoje no nosso país, não se fez a justiça devida a um sector da nossa população — os Reformados.

Sabemos perfeitamente que a herança herdada do fascismo é terrível. Mas, sabemos também que o quotidiano dos reformados é igualmente terrível. Sabemos ainda que os reformados clamam por justiça. Para quando essa justiça que lhes é devida?

Por uma situação digna

Através de inúmeros plenários realizados por todo o país, através de jornais, moções, etc., os reformados clamam por uma justiça que já tarda.

Não pode haver um único democrata que ignore o terrível drama que é o dia a dia do reformado.

Depois de um sem número de anos de serviço, quando a idade chega e com ela os achaques, atinge-se a reforma. Reforma que de-

Hoje os reformados fazem a sua luta. Essa luta não é só deles. Ao tentarem construir o seu presente estão simultaneamente a construir o nosso futuro. Esses homens que nos habituamos a ver nos jardins, com os netinhos, não querem mais esmolar. Não querem ser uma sobrecarga para os seus familiares. Assiste-lhes a justiça que tarda.

Eles têm direito a uma situação digna.

Por acharmos de grande inte-

felizmente grande número de pessoas reformadas têm que viver com familiares pois não têm as condições económicas suficientes que os permitam continuar com a sua independência.

Pessoas há que tendo direito à reforma, continuam nos seus postos de trabalho pois só assim poderão fazer face às despesas realizadas com o seu sustento.

Realmente para quem dedicou toda uma vida ao trabalho, mantendo uma certa independência económica ver-se, de um dia para o outro, forçado a privar-se de tantas coisas constitui um problema que só quem o vive o pode avaliar convenientemente.

Apesar de apenas nos estarmos a cingir ao problema dos reformados por limite de idade, pessoas há que estão na situação de reforma por outros motivos. Por doença ou por deficiência.

Achamos não ser descabido lembrarmos aqui que grande número de camaradas deficientes, que não podem, mercê das suas mazelas, exercer a profissão que tinham, e nada recebem. O drama destes camaradas, Deficientes das Forças Armadas ou Deficientes Civis, não pode igualmente ser ignorado de quem pense em justiça, de quem pense em Liberdade.

É tempo de se acabarem com todas as marginalizações. Todos nós temos os mesmos direitos e as mesmas obrigações.

Estamos num período difícil. Ninguém pode ignorar. Mas igualmente difícil é a vida de largas centenas de homens e mulheres do nosso País.



...Quando já não pudermos trabalhar...

Todos temos direito ao pão e à habitação. Todos temos direito à saúde e à cultura. Todos os homens nascem iguais. Por tal é urgentíssimo ver-se a situação em que se encontram milhares de pessoas. Elas não podem ser igno-

radas. Elas são uma parte integrante de nós próprios. Vamos pois ajudá-las, não com esmolas, mas sim de forma a que eles saibam que os trabalhadores no activo estão solidários com os seus camaradas reformados.

DA EXPANSÃO COLONIAL AO SOCIALISMO

O 10 de Junho deste ano caracterizou-se como sendo o dia da «Comunidade Portuguesa». O famoso 10 de Junho de triste memória, destinado a premiar os que mais se distinguiram na luta contra os povos das colónias, ficou para trás. O então «dia de Portugal» está morto e sepultado.

Graças ao 25 de Abril, o espectáculo repugnante do Terreiro do Paço, não mais se repetirá. O Povo Português lembra com saudade os seus entes queridos em terras distantes à procura do sustento que não encontram na Pátria-Mãe, mas já não chora os seus filhos nas matas africanas defendendo o bem estar dos exploradores.

Ainda está bem vivo na memória de todos nós o repugnante espectáculo, que os defensores do fascismo faziam gala em nos mostrarem no dia, que deveria ser dedicado exclusivamente a Luís de Camões.

Dias antes os meios de comunicação social criavam o «ambiente». Entrevistas com os heróis da guerra que os governantes diziam não existir. Esses homens instrumentalizados e forçados a defenderem um sistema corrupto, e os grandes impérios financeiros, eram apresentados ao Povo Português como uns «super-homens». Interessava ao sistema apresentar esses himens-vítimas como exemplos a serem seguidos pela juventude deste País.

Para tal, desde os bancos da Escola, começávamos a ouvir os grandes «feitos heróicos de antanho», que depois de espremidos se traduziam em massacres bárbaros, em opressão, em toda a forma de humilhação.

Depois eramos mandados para os Liceus onde «voluntariamente» eramos forçados a ingressar nas fileiras da «mocidade portuguesa». Lá aprendíamos a «nunca discutir as ordens», a «respeitar os nossos superiores», «as ordens são para serem cumpridas», e a tão esfalada frase do ditador Salazar «Se soubesses o que custa mandar, saberias obedecer». A saudade fascista, o uniforme e a perda do ano por excesso de faltas a M. P.

Os desfiles com os meninos de camisa verde com um «S» no cinto as bandeirinhas nacionais nos meninos de batas brancas e a Pide a bater nos que queriam Pão e Liberdade.

Mais tarde era o Exército. A preparação para a luta de guerrilha. As missas campais, o abençoar das armas que iriam matar homens que nunca se tinham visto e os discursos da sociedade pluri-racial e pluri-continental, onde toda a gente vivia contente à sombra da bandeira verde-rubra.

Os discursos dizendo que em África estava tudo calmo, que se podia passear livremente, os jovens militares a serem transportados para os hospitais ou para os cemitérios.

Era este o ambiente que se vivia até ao 24 de Abril de 1974. Ainda há quem queira desenterrar o «passado» e regressar as comemorações do Terreiro do Paço.

Ainda há, quem queira voltar a ouvir as entrevistas através da televisão, dos heróis que no Dia de Camões «irão ser condecorados por actos de bravura.»

Mas, a esmagadora maioria do Povo, não quer ouvir tais entrevistas. Quer ver sim falar-se do que foi a guerra e a situação das suas vítimas mais directas — os Deficientes das Forças Armadas.

Nunca numa dessas entrevistas se focou o drama dos militares hospitalizados. Com isso nunca o governo se preocupou, nem os tais saudosistas.

Interessava sim embutir nos cérebros dos jovens militares as «tradições dos nossos avós». Interessava, porque só assim poderiam continuar a sua política de rapina, passando por cima do sofrimento das pessoas.

Raramente se mostravam os desembarques das tropas que tinha terminado a «comissão em missão de soberania». E quando os mesmos eram apresentados ao Povo eram incompletos. Pois apenas pela calada da noite, os ladrões de vidas, transportavam os despojos da guerra. Era necessário que o Povo não soubesse a verdadeira dimensão da guerra. Mas o Povo sabia bem, mesmo com a apresentação dos mentirosos comunicados onde se apontava um número reduzido de mortos e feridos.

Quando esses heróis-mártires eram entrevistados, alguns deles com deficiências, nunca se abordava como iriam sobreviver. Essa questão sempre foi ignorada, pois, o Estado já se tinha servido desse homem e já não poderia continuar a utilizá-lo. Por isso arrumava-o na prateleira, depois de lhe dar, uma medalha.

E entre visitas, discursos demagógicos e banquetes se ia morrendo por uma causa, injusta.

Aconteceu o 25 de Abril e a Nação Portuguesa deu, então, verdadeiramente, «Novos Mundos ao Mundo».

E acabaram os desfiles militares com as condecorações dos heróis e os discursos algumas vezes de estudantes universitários fascistas, fazendo a apologia da corrupção.

Foi assim em 1969. Enquanto a vida académica portuguesa estava controlada pela Polícia um estudante exaltava os jovens a defenderem o Império Colonial. Estudante esse que nunca conheceria os horrores da guerra, pois a política de compadrios não o deixaria ir para o «ultramar» e se fosse seria colocado em sítio livre de perigo.

Hoje a Nação Portuguesa reencontrou-se. A Nação Portuguesa é hoje uma sociedade respeitável. A Pátria-Mãe não suga o sangue dos seus jovens filhos.

Hoje a Pátria está dotada duma Constituição que não permite que no seu seio hajam irmãos que explorem outros irmãos.

A Pátria martirizada, que vê os seus filhos espalhados pelo Mundo em busca do sustento que necessitam, mercê da política de rapina seguida por aqueles que a usurparam.

O dia 10 de Junho, é-lhes agora dedicado. Para que esses milhares de portugueses se sintam vinculados ao País.

As «tradicionalis» festinhas, com soldados e armas, estão mortas e enterradas.

Hoje o Povo português quer o Socialismo, como já o demonstrou.

A expansão colonial deu lugar à transformação de Portugal numa sociedade justa. onde democraticamente todos os cidadãos tenham direito, ao Pão, ao trabalho, à Saúde, à Educação, à Liberdade.

Apesar dos esforços desenvolvidos por esses conservadores, o Povo quer continuar na via claramente apontada na constituição. Esses conservadores, que apesar de conservadores, se negam a viver com na era primitiva, e só assim seriam verdadeiramente conservadores, não conseguirão os seus hediondos propósitos.

O Povo Português não quer mais deficientes de guerra, nem mais lutas. A luta é agora apontada no sentido de um futuro melhor para todos.

O Povo português está tanto de mentras. A era colonial acabou. Hoje essas antigas colónias traçam os seus destinos como Nações Independentes mercedoras de todo o respeito por parte das outras nações.

Por isso mesmo, não mais deverá haver ódios. A sociedade socialista que pretendemos construir — e, que construiremos — não mais consentirá atropelos à pessoa humana. Não mais os homens serão utilizados como instrumentos de outros homens.



Enquanto podemos trabalhar...

veria ser a justa compensação para quem tanto labutou. Reforma que deveria ser o prémio de um descanso merecido. Mas, infelizmente tal não acontece.

Ao atingir-se a idade da reforma, uma nova e árdua luta começa.

Como fazer face ao dia a dia? Com as reformas auferidas a maior parte dos reformados não pode sequer pensar em morrer pois não ganha o suficiente para o funeral (perdoe-nos o «humor negro»).

Pois dizíamos nós que não pode haver ninguém que ignore a luta travada pelos reformados em prol das melhorias pretendidas.

Hoje somos trabalhadores activos, temos o nosso ordenado e vamos fazendo os possíveis por viver. Amanhã, por doença ou idade passaremos à condição de reformado.

Será que ao atingirmos a dita condição já não mereceremos nada por já não produzirmos mais-valia? Será que depois de anos e anos de trabalho já não mereceremos o nosso pão, pois já nada produzimos? Será que teremos que pensar assim e irmo-nos habituando a esta lamentável situação?

resse para reforço das palavras que acima dizemos, transcrevemos integralmente o artigo da Constituição que se refere aos problemas enunciados:

ARTIGO 72.º (Terceira idade)

1 — O Estado promoverá uma política da terceira idade, que garanta a segurança económica das pessoas idosas.

2 — A política da terceira idade deverá ainda proporcionar condições de habitação e convívio familiar e comunitário que evitem e superem o isolamento ou marginalização social das pessoas idosas e lhes ofereçam as oportunidades de criarem e desenvolverem normas de realização pessoal através de uma participação activa na vida da comunidade.

Achamos que nada mais há a dizer. A Constituição é bem clara neste capítulo, aliás como em todos os outros.

Fim da marginalização

Sabemos perfeitamente que in-